



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bianca Mendes Araújo

Novos modelos de governança em cenários de conflito: o autogoverno de Rojava

Florianópolis

2023

Bianca Mendes Araújo

Novos modelos de governança em cenários de conflito: o autogoverno de Rojava

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestra em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Danielle Jacon Ayres Pinto.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Araújo, Bianca Mendes

Novos modelos de governança em cenários de conflito : o autogoverno de Rojava / Bianca Mendes Araújo ; orientador, Danielle Jacon Ayres Pinto, 2023.

87 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. . 2. Curdos. 3. Guerra. 4. Segurança Internacional. 5. Governança. I. Jacon Ayres Pinto, Danielle. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em . III. Título.

Bianca Mendes Araújo

Novos modelos de governança em cenários de conflito: o autogoverno de Rojava

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 14 de fevereiro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Danielle Jacon Ayres Pinto, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Graciela de Conti Pagliari, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Monique Sochaczewski Goldfeld, Dra.
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Danielle Jacon Ayres Pinto, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023

Ao meu querido e sempre lembrado Picos.
Amigo, mesmo com você em outro plano, sei que eu não
estava só.
Foi por nós.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família e seu apoio incondicional às minhas loucuras. Sim, se não fosse por e com vocês eu não teria cruzado o país para cursar a pós-graduação em um estado tão distante do meu porto-seguro e foi com vocês em meu coração que me mantive firme durante a pandemia, vislumbrando a hora em que tudo ia acabar e eu poderia lhes abraçar novamente. Ainda, ao meu amor lindo, Leo: desde que você entrou em minha vida tudo melhorou. Com você em minha vida eu sou mais feliz, e ao teu lado sinto muito amor, felicidade e completude. Você é um sonho que se tornou realidade, e meu sentimento por você é infinito. Agradeço também aos Costa Novo. Dona Lu, seu Adalton e Lari, vocês me acolheram e me deram carinho nos momentos mais difíceis dessa fase acadêmica e a gratidão que sinto não cabe em palavras. Sou muito feliz por me sentir em casa quando estou com vocês.

As minhas e meus amigos que desde a graduação compartilham e vibram com as minhas conquistas. Iale, Leandra, Caio e Sibs, apesar de vivermos uma fase em que estamos fisicamente, não há distância no mundo que enfraquece nossa amizade. Nossas confraternizações *on-line* foram um sopro de alegria durante a pandemia e me fizeram aguentar esse período tão difícil para a humanidade. Também sou feliz com as novas amizades que fiz, e não poderia deixar de agradecer a Lisa e Yasmin, presentes que o mestrado me deu. Tenho um carinho enorme por vocês, e fico feliz que nossa convivência não se limitou ao remoto pandêmico.

Após os graves ataques que a educação brasileira sofreu, eu não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, que tanto contribuíram para os meus estudos acadêmicos e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu a bolsa de pesquisa que possibilitou a realização desta pesquisa através do Programa de Demanda Social. Felizmente o desmonte das universidades acabou e agora é possível vislumbrar um futuro de melhorias para a academia brasileira.

À minha orientadora, professora Danielle Jacon Ayres Pinto, meus agradecimentos pelo apoio, orientação e parceria nessa jornada tão intensa. Suas contribuições foram importantíssimas para construção do meu trabalho, e eu sempre ansiava por nossas conversas, pois sabia que elas iriam me acalmar e me fazer enxergar que eu estava no caminho certo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo questionar se o autogoverno de Rojava, baseado na teoria da Modernidade Democrática, se configura como uma alternativa ao modelo de governança estatal. O argumento é traçado ao longo de três capítulos: partindo de uma compreensão sobre o que é o Estado e pensando sobre outras formas de estruturação e organização do Sistema Internacional, o primeiro capítulo busca compreender a Modernidade Democrática em contraposição ao Estado teorizado por Max Weber. Em seguida, o capítulo dois trata do plano de fundo da pesquisa: o contexto de guerra civil na Síria à luz do conceito de Áreas de Estado Limitado (AEL). O terceiro capítulo é introduzido por um breve panorama sobre a questão curda e os nacionalismos curdos partidários que emergiram como resposta as violências cometidas pelos aparatos estatais durante seu processo de consolidação no Oriente Médio, seguindo para as dinâmicas de criação do autogoverno de Rojava. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com o uso do método hipotético-dedutivo e do *process-tracing*, ferramenta metodológica fundamental para o estudo de objetos sociais complexos. Ao final, explicita-se os resultados da pesquisa na conclusão.

Palavras-chave: Autogoverno de Rojava; Curdos; Guerra Civil na Síria.

ABSTRACT

This research aims to investigate whether the Autonomous Administration of North and East Syria (AANES), created based on the theory of Democratic Modernity, is an alternative to the State governance model. The argument is traced over three chapters: it starts from an understanding of what the State is, followed by a ponderation about other forms of structures and organizations of the International System, the first chapter seeks to understand Democratic Modernity in opposition to the Modern State theorized by Max Weber. Then, chapter two presents the background of the research: the context of civil war in Syria through the concept of Limited State Areas (LSA). The third chapter is introduced by a brief overview of the Kurdish issue and the Kurdish nationalist parties that emerged as a response to the violence committed by state apparatuses during its consolidation process in the Middle East, moving on to the dynamics of creation of Rojava's self-government. Qualitative research was carried out, using the hypothetical-deductive method and process-tracing as a fundamental methodological tool for the study of complex social objects. At the end, the results of the research are explained in the conclusion.

Keywords: Autonomous Administration of North and East Syria (AANES); Kurds; Syria Civil War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estado weberiano: conceitos e atributos	355
Figura 2 - Mapa das regiões do Curdistão.....	422
Figura 3 - Controle das fronteiras internacionais da Síria.....	522
Figura 4 - Controle territorial sírio (2014)	644
Figura 5 – Controle territorial sírio (2016).....	644
Figura 6 – Controle territorial sírio (2017).....	6868
Figura 7 - Regiões da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (2018).....	69
Figura 8 - Sistema de conselhos botom-up de Rojava.....	711

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modernidade Capitalista versus Modernidade Democrática.....	29
Tabela 2 - Tipos de atores e seus respectivos objetivos na guerra civil da Síria.....	499
Tabela 3 – Áreas temáticas das comissões do MGRK.....	711

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AANES	Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria
AEL	Áreas de Estado Limitado
ANEVs	Atores não-estatais violentos
CCC	Comitê Central de Coordenação
CNS	Conselho Nacional Sírio
DAA	Administração Autônoma Democrática
EAS	Exército Árabe Sírio
FDNS	Federação Democrática do Norte da Síria
FSA	Exército Sírio Livre
HTS	Organização para Liberação do Levante
IRGC	Corpo da Guarda Revolucionária do Irã
ISIS	Estado Islâmico
KCK	União das Comunidades Democráticas no Curdistão
KDP	Partido Democrático do Curdistão do Iraque
KDPI	Partido Democrático do Curdistão do Irã
KDPS	Partido Democrático do Curdistão da Síria
KNC	Conselho Nacional Curdo
MGRK	Conselho Popular do Curdistão Ocidental
NCC	Coordenação Nacional para as Forças de Mudança Democrática (NCC)
NDF	Força de Defesa Nacional
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PUK	União Patriótica do Curdistão
PYD	Partido da União Democrática
RI	Relações Internacionais
SDC	Conselho Democrático Sírio
SDF	Forças Democráticas Sírias
SI	Sistema Internacional
SKC	Comitê Supremo Curdo
TEV-DEM	Movimento da Sociedade Democrática
YPG	Unidade de Defesa do Povo (YPG)
YPJ	Unidade de Defesa das Mulheres
YXG	Unidades de Autodefesa Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA MODERNA: A GOVERNANÇA ESTATAL	17
2.1 PARA ALÉM DO ESTADO.....	17
2.2 A MODERNIDADE DEMOCRÁTICA E O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO: O MODELO DE AUTOGOVERNO DE ROJAVA	23
2.3 O ESTADO WEBERIANO.....	30
2.3.1 Relação comando-obediência	36
2.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	38
3 CONTEXTO HISTÓRICO: A QUESTÃO CURDA E SEUS NACIONALISMOS NA SÍRIA, TURQUIA E IRAQUE E A GUERRA NA SÍRIA	39
3.1 A QUESTÃO CURDA: COMPREENDENDO A BUSCA HISTÓRICA POR AUTONOMIA	39
3.1.1 Nacionalismos entrelaçados: os movimentos nacionais curdos turco, iraquiano e sua influência na Síria	45
3.2 GUERRA NA SÍRIA: LIMITAÇÃO DO PODER ESTATAL E ENTRADA DE ATORES NÃO-ESTATAIS NO CONFLITO	48
3.2.1 Estados Falhos versus Áreas de Estado Limitado: compreendendo o Estado sírio	53
3.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	59
4 NOVO CAPÍTULO DA QUESTÃO CURDA: O AUTOGOVERNO DE ROJAVA	60
4.1 ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA E REGIÕES AUTÔNOMAS DEMOCRÁTICAS (2013-2015)	64
4.2 FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DO NORTE DA SÍRIA E ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA DO NORTE E LESTE DA SÍRIA (2016-2018)	67
4.2.1 Estrutura do autogoverno	70
4.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1 INTRODUÇÃO

Mais de dez anos se passaram desde o início da guerra civil na Síria. O conflito, iniciado em 2011 a partir de protestos pró-democracia, inspirados pelos movimentos da Primavera Árabe, entrou em uma crescente de instabilidade que foi agravada pela quantidade de atores presentes no conflito, sejam eles estatais e não-estatais, opostos ou aliados ao regime. Todos contribuíram para fragilizar o contexto doméstico ao ponto de cercear a autoridade estatal e possibilitar o controle de determinadas áreas territoriais por alguns dos atores não-estatais.

Dois desses atores conseguiram atrair o olhar internacional e ganhar algum tipo de visibilidade para seus projetos políticos de governança, executados em meio ao contexto de conflito militar acirrado. De um lado, a atuação do autoproclamado Estado Islâmico (ISIS) agravou a instabilidade do contexto, dada sua expansão territorial, criação de um califado e extrapolação de suas atividades para além da sua área de origem. Com isso, o ISIS se tornou uma ameaça global que direcionou esforços do mundo inteiro para Síria visando combater os atos terroristas do grupo *jihadista*. Do outro, os curdos sírios do Partido da União Democrática (PYD), a partir da atuação de seus braços armados – a Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e a Unidade de Defesa do Povo (YPG) - receberam simpatia, legitimidade e apoio militar, principalmente do ocidente, em decorrência dos avanços obtidos na luta contra o grupo *jihadista* supracitado, tornando-se o maior aliado dos EUA.

Na verdade, a “simpatia” inicial para com as ações das forças curdas sírias inicialmente foi proveniente da presença das combatentes militares do YPJ, em notícias que falavam sobre a “Angelina Jolie curda”, os “anjos de Kobane” ou o medo que os homens do ISIS tinham das “meninas” curdas. Com o avanço do conflito e a percepção de sua seriedade, os veículos jornalísticos ocidentais passaram a delinear sobre os objetivos políticos da chamada “revolução de Rojava”, ou seja, o projeto do autogoverno curdo, e as produções acadêmicas voltaram-se ao contexto para compreender a empreitada curda e seu significado para a questão curda - o histórico objetivo associado a etnia de formação de um Estado próprio, o Curdistão.

No Brasil, os textos sobre os curdos e a Síria ganham visibilidade através das coberturas jornalísticas. A jornalista Patrícia Campos Mello foi enviada especial à Síria e, como resultado de uma investigação em campo, elaborou o livro “Lua de mel em Kobane” (2017), que aborda sobre a questão curda em meio ao contexto de guerra civil na Síria e conflito com o ISIS. Adriana Carranca também foi enviada especial ao país e produziu

reportagens sobre as dinâmicas da guerra que envolveram os curdos, abordando também sobre as soldadas curdas. Em relação ao imagético do conflito, o fotógrafo Gabriel Chaim merece destaque com os registros das cidades arrasadas pela guerra e das pessoas que lutaram nesse contexto.

Em relação a produção acadêmica brasileira sobre a temática, apesar de não ser comum, podemos encontrar obras sobre os curdos e as dinâmicas de Rojava ao longo de diferentes áreas. Na Antropologia, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto realizou pesquisa de campo na Síria em 1990 e 2000, e seus trabalhos discutem sobre a etnicidade e nacionalismo curdo na Síria, abordando sobre a religião como fator de constituição da identidade étnica e nacional curda (PINTO, 2005b) e o sufismo e performance moral (PINTO, 2005a). Tiago Duarte Dias também discute sobre etnicidade, mas a partir de sua etnografia na Dinamarca, onde entrou em contato com curdos na capital do país e discute as dinâmicas que ligam tal identidade étnica a moralidade e direitos humanos a partir de manifestações de grupos curdos contra os ataques do autoproclamado Estado Islâmico aos curdos sírios (DIAS, 2020).

Dias e a historiadora Monique Sochaczewski escreveram sobre a questão curda, fazendo um panorama histórico sobre as razões que levaram ao objetivo de constituir um Estado próprio e os conflitos atuais (SOCHACZEWSKI, DIAS, 2021). Nas Relações Internacionais, artigos mais recentes tratam da questão curda na guerra da Síria, em que Reginaldo Mattar Nasser e Willian Moraes Roberto abordam sobre as dinâmicas internas e os impactos regionais (NASSER, MORAIS, 2019) e Bruna Ferreira e Vinícius Santiago discutem sobre questões interseccionais da luta curda (FERREIRA; SANTIAGO, 2018). No âmbito acadêmico, Maria Florencia Guarche Ribeiro merece destaque ao tratar sobre as mulheres curdas sírias e sua “revolução dentro da revolução” (RIBEIRO, 2015; 2019).

Dado esse quadro, o presente trabalho segue este no intuito de contribuir para a produção brasileira sobre os curdos no Oriente Médio, com foco na Síria. Com o tema central “Modelos de governança não-estatal em Áreas de Estado Limitado”, a pesquisa aborda a formação da autogovernança curda a partir do contexto da guerra civil síria e do conflito contra o ISIS. Como não há um anúncio oficial de fim da guerra, e o autogoverno é um projeto político ainda em andamento, a pesquisa possui o marco temporal de 2011, o ano de início das agitações na Síria, a 2019, data de lançamento da operação turca “Primavera de Paz” (*Operation Peace Spring*) contra as forças curdas e o autogoverno.

O autogoverno tem como fundamento ideológico o Confederalismo Democrático, formulada pelo líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) Adbullah Öcalan. Tal paradigma é anunciado como uma alternativa ao Estado e resolução das problemáticas que

afligem os curdos, apresentando um modelo social e político antiestatal e antinacionalista, com os pilares da ecologia e da igualdade entre homens e mulheres, mas sem objetivar a criação de um aparato estatal independente. Öcalan tece sua proposta política criticando o Estado, e a partir dos fatores que ele elenca e critica, constatou-se que a visão adotada por ele se aproxima da é a definição weberiana de Estado.

Nesse quadro, percebeu-se uma inflexão: de um lado, tem-se a posição antinacionalista e antiestadista da proposta política, e de outro, uma autoafirmação que foca na etnia curda, com o objetivo de reuni-la em um território estabelecido para autogovernar-se. Assim, a presente dissertação tem como pergunta de pesquisa: “o modelo de governança do autogoverno de Rojava de fato se configura como alternativa ao Estado?”.

Para tal feito, a fim de garantir a robustez desta pesquisa e das conclusões feitas a partir de seus resultados, realizou-se uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica que abarcou monografias, artigos científicos e livros publicados por acadêmicos especializados nos seguintes segmentos de estudo: história da etnia curda no Oriente Médio, com foco na Síria, Turquia e Iraque; a guerra na Síria e o conflito contra o ISIS; o Confederalismo Democrático; formação estatal no Oriente Médio; Estados Falhos e Áreas de Estado Democrático. Outras duas matrizes de fontes se constituíram a partir do i) uso de notícias sobre a temática, abordando o desenvolvimento da situação no norte da Síria, a evolução dos acontecimentos pertinentes às forças curdas e o autogoverno, o contexto regional e internacional, com foco na dinâmica entre Rojava e outros atores estatais e não-estatais; e ii) do uso dos sites oficiais do autogoverno, suas organizações e os partidos envolvidos, com a coleta de informações em curmânji que foram traduzidas para o inglês e posteriormente para o português. Estas dimensões foram importantes pela impossibilidade de pesquisa em campo, e foram alternativas que puderam propiciar dados sobre os acontecimentos que envolvem o objeto do presente estudo e as dinâmicas as quais se envolve.

No que toca à metodologia aplicada à pesquisa, optou-se pela utilização do método hipotético-dedutivo visto que a investigação feita de acordo com esta ferramenta analítica parte de um problema, que surge de conflitos ante expectativas ou conhecimento prévio sobre o tema (POPPER, 1972). Como a presente dissertação é um aprofundamento de uma análise iniciada anteriormente, ao nível de graduação, já existia previamente uma conjectura para explicar ou prever o que despertou a curiosidade intelectual, ou seja, uma solução provisória passível de teste de falseamento. Destarte, a hipótese da qual se parte é a de que apesar de se apresentar como uma alternativa ao Estado, o modelo de governança da Federação não cumpre esse papel totalmente por apresentar fragilidades teóricas e incoerências práticas,

além de ser uma organização política situada em uma realidade na qual a unidade de governança política de mais influência e legitimidade no mundo ser o Estado, sendo assim, resultado dos processos políticos do seu contexto de criação.

Como ferramenta auxiliar, o *process-tracing* foi o método escolhido por possibilitar ao pesquisador explorar nos fenômenos sociais tanto “o que” quanto o “como”, “quais maneiras” se manifesta e em “qual contexto” (VENNESSON, 2008). Definido por Bennett e Checkel (2015) como uma pesquisa que possibilita “a análise de evidências nos processos, sequências e conjunturas de eventos num caso para o propósito de desenvolver ou testar hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar o caso”, o método se mostrou útil para analisar fenômenos complexos, situados historicamente, cujas explicações demandam a articulação de diferentes fatores, como os estruturais, institucionais, sociais, dentre outros (SILVA; CUNHA, 2015), como é o caso do autogoverno de Rojava.

O argumento é traçado ao longo de três capítulos, e de forma a facilitar na compreensão da lógica argumentativa, considerações preliminares foram apresentadas ao final dos capítulos e arrematadas na conclusão da dissertação. O primeiro capítulo foi pensado a partir da posição do autogoverno de ser outra opção além do Estado, contendo, dessa forma, a discussão teórica base da pesquisa. O capítulo inicia com uma compreensão sobre o que é o Estado, para que possamos passar para o exercício de pensar sobre outras formas de estruturação e organização do Sistema Internacional que não a estatal e, assim, seguirmos para compreensão da teoria da Modernidade Democrática e Confederalismo Democrático e o foco da crítica feita pela teorização de Öcalan, o Estado weberiano. O capítulo segundo traça o plano de fundo dos acontecimentos da pesquisa. Com isso, o contexto de guerra civil na Síria, agravada pela presença de inúmeros atores não -estatais e estatais será compreendida a luz do conceito de Áreas de Estado Limitado, demonstrando assim os fatores e dinâmicas que contribuíram para o estabelecimento do autogoverno em Rojava no norte sírio.

O capítulo terceiro inicia com uma breve exposição histórica sobre a etnia curda e o processo de consolidação estatal moderna dos Estados da Turquia, Irã, Iraque e Síria no Oriente Médio, pois tal processo dividiu os curdos territorialmente e provocou os sentimentos de busca por independência e autonomia estatal. Em seguida, olharemos para os movimentos nacionalistas dos partidos curdos da Turquia (PKK) e Iraque (KPD e PUK) e como influenciaram as dinâmicas políticas curdas na Síria, impactando até hoje os processos políticos do autogoverno de Rojava. Por fim, a análise mergulha na formação e organização do autogoverno curdo sírio, delineando sobre as mudanças políticas e territoriais realizada em vista de distinguir avanços e/ou possíveis inflexões na prática de governança que se coloca

como alternativa ao Estado. Por fim, a dissertação encerra-se com as conclusões finais da pesquisa. Por fim, a dissertação encerra-se com as conclusões da pesquisa.

É importante destacar que o objeto da pesquisa – o autogoverno de Rojava – possui diversas nomenclaturas oficiais, adotadas nos momentos de mudança do projeto político: Administração Autônoma Democrática e Regiões Autônomas Democráticas (2014), Federação Democrática do Norte da Síria (2016), Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (2018). Ainda, outros nomes são comumente utilizados para fazer menção ao autogoverno: Rojava (significa oeste em curmânji), Curdistão sírio, Curdistão ocidental, autogoverno curto, autogoverno de Rojava. O presente trabalho utiliza “autogoverno de Rojava”, “Rojava” e “autogoverno” para tratar do governo curdo de forma geral. Elencam-se três motivos para essa escolha: i) compreende-se que as mudanças que ocorreram não implicaram em uma *transformação* do autogoverno; significando que ii) todos esses nomes se referem ao mesmo objeto; assim, concentra-se a menção em três termos para iii) não causar confusão ao leitor.

Outra consideração que precisa ser feita é sobre o PYD e as organizações que fazem parte do autogoverno. Mais especificamente, as forças militares do YPG, YPJ, Forças Democráticas Sírias (SDF) e *Asayish*, os órgãos de governança Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK) e Movimento da Sociedade Democrática (TEV-DEM), e a organização de mulheres *Yekîta Star*. A pesquisa constatou que o partido é a entidade central da governança em Rojava e foi a responsável pelas articulações que estruturaram e colocaram o autogoverno em prática na Síria, pelas forças militares de defesa externa e interna e pela criação das entidades políticas de governança supracitadas, formadas completamente ou majoritariamente por delegados do PYD. Assim, a pesquisa compreende que a atuação de tais organizações políticas e militares significa a atuação do PYD.

A dissertação almeja contribuir, primeiramente, para a compreensão sobre o projeto do autogoverno curdo e seu sentido para a questão curda. Em adição, a análise sobre Rojava pretende colaborar com o entendimento sobre o impacto das ações políticas e militares curdas sírias no Oriente Médio, principalmente no que diz respeito às dinâmicas internas da Síria e as dinâmicas fronteiriças que envolvem o Iraque, a Síria e a Turquia. Ainda, a discussão temática contida no trabalho visa contribuir para os debates inseridos na Segurança Internacional sobre as dinâmicas de atores não-estatais armados e governança, elencando de que forma tais atores podem funcionar como representantes da população, atuando no lugar do Estado, além de contribuir para os debates situados na Política Internacional sobre alternativas ao aparato do

Estado e sua governança, envolvendo questionamentos sobre o esgotamento dessa forma de organização social e outras possibilidades de configuração política que a superem.

2 ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA MODERNA: A GOVERNANÇA ESTATAL

Imaginar estruturas alternativas para o modo como a ordem mundial que conhecemos está organizada não é um exercício simples, principalmente se o intuito é pensar outros atores que não os Estados como as unidades principais de estruturação política do Sistema Internacional (SI). Faremos esse exercício de forma breve, embarcando nas contribuições teóricas feitas por Hedley Bull (2002) na obra “Sociedade Anárquica”, pois o autor justamente realiza conjecturas sobre o que viria depois do aparato estatal. Porém, antes de darmos esse passo, é fundamental que entendamos o que é o Estado para que possamos imaginar o que viria ou virá depois dele. Esse é o nosso ponto de partida.

2.1 PARA ALÉM DO ESTADO

Em decorrência de sua complexidade, a tarefa de entender e definir o que é o Estado se torna dificultosa, resultando em concepções plurais e controversas que não produzem uma conceituação unificada. Indagações iniciais sobre sua origem e o porquê do seu surgimento configuram-se como impulso inicial essencial para sua compreensão, caminho este demonstrado por Dallari (2011) a partir de três linhas de pensamento sobre o estudo da origem do Estado que consideram a *época* em suas concepções. Começando por esse ponto, o autor afirma que um primeiro eixo de teóricos encara o Estado e a própria sociedade como sempre existentes, pois desde que o ser humano vive na Terra, integra-se em uma organização social dotada de poder e autoridade para determinar o comportamento de todos. Assim, o autor destaca como contribuições para esse eixo o historiador Eduard Meyer e sua obra “História da Antiguidade”, publicada entre 1921 e 1925, bem como o antropólogo Wilhelm Koppers e seu trabalho “Origens do Estado” apresentado em congresso no ano de 1960. Ambos os teóricos afirmam que o Estado é um elemento universal na organização humana, sendo definido por Meyer como o princípio organizador e unificador em toda organização social da humanidade, configurando-se como entidade onipresente na sociedade humana.

Uma segunda ordem de autores admite a existência da sociedade humana sem aparato estatal durante certo período, e posteriormente, por diversos motivos, este foi constituído para

atender as necessidades ou conveniências dos grupos sociais. Para este seguimento, que representa ampla maioria de teóricos, a formação estatal não foi concomitante nos diferentes lugares, uma vez que foi aparecendo de acordo com as condições concretas de cada lugar. Nesse ponto, observando os *motivos* que determinaram o surgimento do Estado, podemos distinguir dois segmentos teóricos, em que o primeiro formula suas explicações a partir de uma origem espontânea estatal, e o segundo, de uma origem contratual desse fenômeno.

A primeira linha, apesar de não identificar um único fator para o aparecimento do Estado, caracteriza-se pela afirmação de um surgimento não voluntário, dando centralidade ao processo *natural* da sua concepção. Nessa linha, as causas do advento do Estado concentram-se em três grupos teóricos: i) origem familiar ou patriarcal, no qual a família é o núcleo social fundamental; ii) origem em atos de força, de violência ou de conquista, em que a superioridade de força de um grupo social deu origem ao Estado a partir de uma conjunção de dominantes e dominados; e iii) origem em causas econômicas ou patrimoniais, na qual o Estado foi formado para que se aproveite os benefícios das atividades econômicas (DALLARI, 2011).

As teorias que sustentam uma formação *contratual* estatal apresentam em comum a crença de que foi a vontade de alguns - ou de todos - os indivíduos que levou à criação desse aparato. São teóricos políticos distintos e de épocas e locais diferentes, mas que sob a égide do “Contratualismo” possuem como ponto em comum a perspectiva de que a gênese da sociedade e do poder político advém de um contrato ou pacto social tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, “acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político” (BOBBIO, 1998, p. 272). Dentre os autores clássicos dessa escola, podemos citar Thomas Hobbes e sua obra “Leviatã” (1651), John Locke e sua produção “Segundo tratado sobre o governo civil” (1689), Jean-Jacques Rousseau e a publicação “Do contrato social” (1762) e Immanuel Kant, com a obra “A paz perpétua” (1795).

Por último, um terceiro posicionamento sobre a origem do Estado é ocupado pelos autores que admitem como tal a sociedade política que possui muito bem definidas determinadas características (DALLARI, 2011). Seguindo esta linha, identificam-se inicialmente cinco modelos de organização social estatal, que demonstram as transformações ocorridas ao longo do tempo, mesmo que não em curso uniforme, sendo estes o Estado Antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno (SOUTO, 2007). Assim, o Estado Antigo, também chamado de Estado Oriental ou Teocrático, refere-se à forma estatal das antigas civilizações do Oriente ou Mediterrâneo, em que a família, a religião, o Estado e a organização econômica formavam um conjunto entrelaçado, sem

diferenciação aparente. Não se distingue o pensamento político da religião, da moral, da filosofia ou de doutrinas econômicas, e as características fundamentais desse modelo referem-se à natureza unitária, à inexistência de divisão territorial e de funções e à centralidade da religiosidade, que definia as normas de comportamento, interligando-se como expressão de um poder da autoridade, o que demonstra uma relação estreita entre Estado e a divindade (STRECK; MORAIS, 2014).

O Estado Grego, também chamado de cidade-Estado ou *pólis*, tinha como aspectos interessante o ideal da autossuficiência. Nas sociedades organizadas nesse modelo, a classe política era formada por indivíduos de posição específica, correspondendo a uma elite que participava intensamente das decisões públicas estatais. Apenas aqueles considerados cidadãos poderiam participar das deliberações estatais, limitando a parcela da população que participava das dinâmicas políticas. Em âmbito privado, a autonomia da vontade individual era restrita (STRECK; MORAIS, 2014).

Assim como no Estado Grego, no chamado Estado Romano os cidadãos participavam diretamente da política estatal, e a noção de cidadão também era restrita a uma pequena faixa da população. As características peculiares desse tipo de Estado referem-se à base familiar de sua organização e a ocupação dos cargos de governantes superiores por magistrados. A superação deste modelo de Estado veio a partir do domínio de grandes áreas territoriais e principalmente do advento do cristianismo, proporcionando como nova forma de sociedade o Estado Medieval (DALLARI, 2011).

Este é marcado por uma aspiração à universalidade, irradiada pelo cristianismo e propagado pela autoridade da Igreja, de forma a posicionar todos os indivíduos como iguais, independente das suas origens. Mesmo que a religiosidade possuísse uma noção de unidade, não se pode notar o mesmo do aparato político, que era formado por um poder superior exercido pelo Imperador e por uma pluralidade de poderes hierarquicamente estruturados nas bases do feudalismo, que criava laços de domínio pela vassalagem e benefício (FERREIRA; CORREIA, s/d). Assim, esse modelo estatal, que se espalhou por toda a Europa, é marcado por uma contundente descentralização de poder, em um período de instabilidade política, econômica e social (STRECK; MORAIS, 2014).

A forma de Estado centralizado e constituído como poder institucionalizado, que marca o rompimento paradigmático da velha ordem medieval para a nova ordem, se dá no Estado Moderno, pela passagem das relações de poder das mãos privadas dos senhores feudais para a esfera estatal, estabelecendo assim a dicotomia público-privado nas relações formadas a partir do novo modelo de produção emergente – o capitalismo. (STRECK;

MORAIS, 2014). É importante ter em mente que o aparecimento desse novo modelo foi um processo lento e progressivo na história, mas nas Relações Internacionais (RI), a Paz de Westfália marca o início desse novo “tipo” de Estado, que tem como elementos centrais de diferenciação, além da progressiva centralização do poder, o princípio da territorialidade da obrigação política soberana e a aquisição da impessoalidade do comando político. De acordo com Bobbio (1998), a história do surgimento do Estado Moderno passa por um processo de racionalização da gestão do poder e da organização política, processo este imposto pela evolução das condições históricas e materiais da época. Assim, percebe-se que a evolução do aparato estatal como entidade organizadora social envolveu uma adaptação para cada momento histórico e foi moldado por cada época (SOUTO, 2007).

Em diálogo com a Ciência Política, muitas das produções de RI que visam compreender o que é o Estado olham principalmente para o Estado Moderno e seu desenvolvimento a partir de dinâmicas de poder e centralização do uso da força, como é o caso das perspectivas clássicas de Karl Marx e Friedrich Engels, Charles Tilly e Max Weber, este abordado na sessão 1.2. Marx e Engels discutem sobre a emergência do Estado a partir das relações de produção e a expressão política da estrutura de classe da sociedade. Com a origem da propriedade privada e divisão da sociedade em classes, os interesses entre os indivíduos se tornaram antagônicos e inconciliáveis a partir de um processo histórico no qual os produtores diretos foram violentamente separados de seus meios de produção, surgindo, então, os proprietários e os não-proprietários, exploradores e explorados. Nessa conjuntura conflituosa, sem um poder para suprimir os antagonismos, seria difícil conceber a sociedade se os interesses tivessem que ser resolvidos somente pela imposição da força, pois isso resultaria em constante guerra civil (JAQUES; OLIVEIRA, 2021). Dessa maneira, o Estado nasce da necessidade de conter o antagonismo das classes, ao mesmo tempo em que nasce em meio ao conflito entre elas, tendo como objetivo atender os anseios da classe dominante, que são a manutenção da exploração sobre os explorados e reprimir as possíveis revoltas da classe dominada. Ao conquistar o poder do Estado, a classe burguesa se torna dominante e transforma essa instituição política em peça necessária para cumprir as funções sociais de modo a favorecer esta classe e garantir a sobrevivência da sociedade capitalista. O Estado, então, é a expressão política da dominação da classe burguesa, e a força estatal funciona para manter a coesão social e reprimir, através da imposição de leis e ameaça de violência, àqueles antagonistas da classe dominante (BUGIATO; TRINDADE, 2017).

Já Charles Tilly (1985), em análise que parte da experiência do surgimento do Estado na Europa, demonstra como a exploração coercitiva desempenhou um papel importante na

criação desse aparato no continente. Afirma que a guerra, como condição normal do Sistema Internacional de Estados, foi um mecanismo utilizado para defesa e melhora de posição dentro do sistema e os Estados foram produzidos quando a acumulação e concentração dos meios coercivos, ao se desenvolverem juntos, deram surgimento a diferentes organizações que controlam os principais meios de coerção dentro de territórios bem definidos, exercendo em determinados aspectos, prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro desses territórios. Conceitualmente, o Estado configura-se como a organização relativamente centralizada e diferenciada, cujos funcionários reivindicam com mais ou menos sucesso o controle sobre os principais meios de violência perante uma população que habita um grande território contíguo (TILLY, 1996).

Diante do exposto, constata-se que uma definição guarda-chuva sobre o que é o Estado é uma obra difícil, pois muitos aspectos precisam ser analisados, definidos e compreendidos, e cada proposta científica que se propõe à análise desse ator parte de um fundamento diferente para guiar sua lógica de análise. Com isso, ao perguntarmos “o que virá depois do Estado?”, antes devemos definir quais parâmetros de análise, perguntarmos “qual” Estado se pretende superar, além do porquê de tal feito.

Destarte, tais predefinições de análise foram feitas por Hedley Bull (2002), para que não se corra o risco de considerar uma alternativa ao Estado que não passe de uma mudança dele, e não uma transformação. Assim, primeiramente estipula três atributos essenciais do chamado “Sistema de Estados”, sendo estes a pluralidade de Estados soberanos, certo grau de interação entre eles de modo a formarem um sistema e um certo grau de aceitação de regras e instituições comuns de forma a constituírem uma sociedade de Estados. Partindo desses fatores, o autor traça cenários diferentes para a organização da política mundial, concebendo quatro conjunturas distintas: i) um mundo desarmado; ii) uma organização baseada na cooperação entre as unidades estatais como força predominante; iii) uma multiplicidade de potências nucleares; e iv) um mundo ideologicamente homogêneo. Cada uma dessas possibilidades envolve mudanças necessárias para que se concretizem.

Idear sobre dois extremos – um mundo desarmado e um mundo cheio de potências nucleares -, por exemplo, implica uma transformação da estrutura política internacional tão radical que precisaríamos repensar toda a base das relações entre as unidades estatais. O “desarmamento geral e completo” dos Estados envolve pensarmos sobre a manutenção desse desarmamento, quais os tipos de punições para quem se armasse, bem como entender que o potencial bélico de um Estado reside em todo um complexo de recursos econômicos, tecnológicos e políticos que vão além do armamento militar propriamente dito, sendo

necessária para a concretização desse cenário uma variação das capacidades estatais gerais para que o mundo permaneça livre de armas. Já a possibilidade da generalização de armas nucleares alteraria a atual ordem internacional pelo estabelecimento de uma relação entre os Estado de contenção nuclear recíproca, ou seja, a capacidade de cada Estado ou bloco de vetar o recurso deliberado e “racional” à guerra nuclear ilimitada. Imaginar este cenário advém do argumento de que quanto mais unidades estatais possuírem armas nucleares mais o Sistema Internacional será capaz de alcançar os objetivos de paz e segurança, já que o fator de contenção nuclear recíproca seria generalizado – assim como no cenário de Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética (BULL, 2002).

Ainda, outra possível estrutura política para o mundo seria aquela em que alguma organização fundamentada na cooperação entre os Estados soberanos se tornasse a força predominante no cenário internacional. A premissa desse sistema, que representaria a realização de uma doutrina solidarista ou grociana, seria a solidariedade ou a solidariedade potencial da maioria dos Estados, que embora contrários à criação de um governo mundial, buscariam um substituto para este mediante a cooperação entre si e a adesão a princípios constitucionais da ordem entre as nações, em que a força seria usada em prol dos objetivos da comunidade internacional. De forma contrária, a alternativa marcada pela homogeneidade ideológica estipula que a união entre os Estados seria não por uma fórmula que permita a coexistência de diferentes sistemas políticos, econômicos e sociais, mas sim pela manutenção de um único tipo de sistema político, social e econômico. A promessa de um cenário desse tipo é a de que não haveria mais tensões ideológicas que dividissem os Estados, eliminando as fontes de guerra e conflito e levando a um mundo mais ordenado (BULL, 2002).

Ao delinear sobre tais possibilidades, apesar de discutir sobre quais mudanças seriam necessárias para concretização dessas diferentes alternativas para a organização política estatal atual, nenhuma delas de fato substitui o sistema de Estados. A ideia de um mundo sem armas, apesar de ser moralmente mais elevada que a ordem atual, é uma probabilidade menos possível, que requer a criação de um novo sistema mundial. Caso a consecução desse objetivo se fizesse acompanhada pela instituição de uma autoridade mundial – como descrito pelo terceiro cenário alternativo -, contando com força e lealdade política suficientes para extinguir a supremacia estatal, teríamos o desaparecimento do primeiro dos três atributos essenciais do sistema internacional - a pluralidade de estados soberanos -, pois seria como transformar o mundo num grande Estado ao trazer os princípios estatais para a totalidade do globo. Ainda, uma ordem internacional formada por inúmeras potências nucleares, bem como um mundo marcado pela homogeneidade ideológica também não representariam o fim propriamente dito

do sistema de Estados, pois criariam um sistema altamente não-integrado, não-solidário e marcado por uma tensão extrema, no primeiro caso, e não eliminaria fontes ideológicas de guerra e conflito as fontes de guerra e conflito, pois de acordo com o autor, os períodos de relativa homogeneidade ideológica foram caracterizados mais pela tolerância do que pela uniformidade de ideologias (BULL, 2002).

Destarte, nota-se a complexidade que é especular sobre futuras organizações sócio-políticas mundiais que excluam o ator estatal como fator estruturante. É evidente que os Estados podem seguir a velha rotina pela qual uma instituição entra em colapso quando atinge a sua completude, e como afirma Tilly (1996) a forma estatal que conhecemos não durará para sempre e pode vir a perder a sua hegemonia. Porém, mesmo as conjecturas feitas por Bull não representam uma forma alternativa de ordem política que de fato representa a completa superação da organização e estruturação estatal do globo envolve, pois isso envolveria a extinção de algum dos três atributos elencados pelo autor. Em nenhuma das “opções” os Estados de fato desaparecem, eles apenas adquiririam novas características e não se configuram como uma transformação.

Logo, será o autogoverno o projeto responsável por trazer uma real modificação para o Sistema Internacional? Para que possamos refletir sobre esta indagação, é fundamental entender a teoria fundante de Rojava e o que propõe.

2.2 A MODERNIDADE DEMOCRÁTICA E O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO: O MODELO DE AUTOGOVERNO DE ROJAVA

Inicialmente, é necessário compreender que a concepção do modelo social base para a formação do autogoverno dos curdos sírios se iniciou no contexto de luta curda na Turquia, a partir da atuação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Partiya Karkerên Kurdistan*, PKK) e seu líder Abdullah Öcalan. Fundado em 1978 por um grupo de estudantes universitários curdos turcos, impulsionados pelo descontentamento com a forma que as questões políticas curdas eram tratadas pelas lideranças políticas, o partido emergiu como uma organização guerrilheira militante com o objetivo de combater a negação e antagonismo estrutural turco para com a etnicidade curda (ECCARIUS-KELLY, 2010). Adotam princípios ideológicos marxista-leninistas de libertação nacional, estipulando como a única resposta para a opressão sofrida pela etnia curda eliminar o Estado turco das regiões de maioria curda e implantar uma república socialista, criando um Estado curdo autônomo (CAMPOS, 2021). Desse modo, a luta armada contra o Estado Turco inicia-se em 1984 e perdura até os dias

atuais, com o saldo de mais de 30 mil pessoas mortas e a classificação como organização terrorista do PKK (CRUZ, 2021).

O contato com a Síria ocorreu durante a década de 1990, em que de um lado o PKK explora a fenda geopolítica entre a Síria pró-soviética e a Turquia - membro da OTAN - e de outro, o governo de Hafez al-Assad utiliza a questão curda como forma de pressionar o governo turco. As relações turco-sírias encontravam-se deterioradas devido a três fatores: i) disputas territoriais envolvendo a província turca de Hatay, reivindicada por Damasco; ii) ao fortalecimento dos laços militares entre o Estado turco e Israel; e iii) à construção de uma enorme represa no rio Eufrates por parte da Turquia em 1983, que diminuía o volume de água que corria em direção à Síria. Com isso, o líder sírio facilitou o estabelecimento de bases do PKK no norte do território, região habitada por curdos sírios, e em troca dessa concessão, o partido se comprometeu a não realizar demandas em relação ao território sírio. Foi a partir das áreas para campos de treinamento militar e lançamento de operações contra a Turquia que o PKK criou laços com a comunidade curda síria local (NASSER; ROBERTO, 2019).

Entretanto, pressionado pelas ameaças do governo turco de redirecionar as fontes hídricas do Tigre-Eufrates, possibilitando uma crise hídrica no país, Hafez al-Assad decide retirar o asilo político dado a Öcalan e obriga o PKK a sair do território. Com isso, a presença do partido nas regiões curdas sírias se encerra em 1998, com a assinatura do Acordo de Adana entre Turquia e Síria, e em 1999, Öcalan é capturado no Quênia e levado para a ilha turca de Imrali, onde cumpre prisão perpétua (PAASCHE, 2015). É em cárcere que ele passou a estudar autores como Nietzsche, Foucault, Wallerstein, Goldman, Arthur Pierre Clastres, Walter Benjamin, mas principalmente o teórico anarquista Murray Bookchin e sua obra sobre ecologia social e municipalismo libertário (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016), principal influência no reexame das bases teóricas e estratégicas do PKK e da criação de uma nova proposta para os curdos – o Confederalismo Democrático (DA CRUZ, 2021).

Ao enfatizar a importância das instituições, distanciando-se do anarquismo individual pela crença de que a falta de instituições leva ao caos, Bookchin defende um novo sistema que se afaste do modelo de Estado-nação, que segundo ele foi construído pela descentralização física e institucional do poder (DINC, 2020). Dentro disso, dois aspectos são fundamentais em sua teoria, e são explicitamente percebidos nos escritos de Öcalan: o *municipalismo libertário*, referente à luta para alcançar uma sociedade racional e ecológica através da educação e organização e o conceito de *confederação*, entendido como “a interligação das comunidades umas com as outras por meio de deputados revogáveis mandatados pelas

assembleias de cidadãos municipais e cujas funções únicas são de coordenação e administração” (BOOKCHIN, 1991, p. 5).

Com essa base, Öcalan olha para a “civilização central” e analisa historicamente a “Modernidade Capitalista”, formada pelo Estado-nação, pelo capitalismo e pelo patriarcado. De forma a demonstrar a essência antissocialista e antidemocrática do estatismo nacional, contrapõe os aspectos problemáticos do Estado-nação – suas bases institucionais e princípios ideológicos – com as características da sua proposta (ÖCALAN, 2017). Com isso, sua crítica afirma que o Estado-Nação não é mais uma opção de resolução, por ser a ferramenta fundamental que possibilita a hegemonia do capitalismo, bem como é o causador dos vários problemas que assolam a etnia curda, o Oriente Médio, e o mundo (IMARAL, 2020) e como alternativa o líder curdo postula a “Modernidade Democrática” e seu formato político básico, o “Confederalismo Democrático”.

A partir destes aspectos, a ótica do líder curdo enxerga o Estado como aspirante a se tornar uma “nação” forte a serviço do capital, e seu vínculo com o poder multiplica os problemas sociais. Por nação o líder curdo entende “a comunidade de pessoas que compartilha de uma mentalidade comum” (ÖCALAN, 2017, p.24). Os componentes da cultura, idioma, religião, mercado, história e fronteiras políticas não são decisivos para marcar uma identificação como nação, são fatores encarados como “estruturais”. Öcalan reconhece o caráter dinâmico, porém incompleto dessa conceituação, e seguindo a lógica de que assim como as mentalidades não podem existir sem corpos, as nações também não podem funcionar sem um corpo. De acordo com ele, o corpo de nações com mentalidade nacionalista é a instituição estatal, e é por isso que essas nações são chamadas de Estados-nação.

Nestes, o poder gera adversidade pelo uso da força para organizar o capital, reprimindo e explorando de forma a homogeneizar os cidadãos, artificialmente construídos como iguais perante a lei (ÖCALAN, 2017). Por sua capacidade de monopolização do comércio, da indústria, das finanças, da força e da ideologia, o Estado-nação deve ser pensado como a forma máxima de poder, caminhando junto com a acumulação não regulada do capital e com a exploração da população (ÖCALAN, 2016). A religião, apropriada pela Modernidade Capitalista, constrói o Estado-nação como deificado, em que o nacionalismo, encarado como religião, o coloca na posição divina. A religião tradicional e as divindades foram substituídas por atributos como nação, pátria, bandeira nacional e hino nacional; e o uso de símbolos e slogans chauvinistas são incentivados e colocados em ritualísticas de forma a cultuar a “religião do nacionalismo”, como em eventos esportivos (ÖCALAN, 2017).

Nesses dois pontos, o processo de homogeneização tem uma influência direta, combatendo a diversidade e pluralidade. A assimilação e genocídio são consequências de tal processo, e servem para concretizar o objetivo de criar uma única cultura e identidade nacional, bem como uma comunidade religiosa unificada, gerando assim, a noção de cidadão. Além disso, é por meio da burocracia que o Estado-nação assegura seus monopólios, o funcionamento do seu aparato, a base da produção de bens e protege os lucros para os agentes econômicos hegemônicos. De acordo com Öcalan, a necessidade de expandir a burocracia protegeria a base ideológica, as estruturas jurídicas, econômicas e religiosas estatais, e por isso é colocada acima do povo. Entrelaçado às estruturas dominantes do capital, o Estado-nação não está verdadeiramente preocupado com a sociedade, e independentemente do quão nacionalista possa se apresentar, ainda é servo dos processos capitalistas de exploração (ÖCALAN, 2016).

Nesse escopo, o nacionalismo e a religiosidade são misturados para os fins estatais e constituídos como pilares ideológicos. Como dois outros pilares, a ciência positivista e o sexismo acrescentam outras dimensões às dinâmicas estatais: primeiramente, circunscrita como uma abordagem filosófica que é estritamente limitada à aparência das coisas, o positivismo vê a aparência como realidade; nada que não tem aparência pode ser parte da realidade. Já o sexismo contribui para preservar o poder estatal ao alimentar todas as relações de poder e ideologias, sendo utilizado para impor a exploração e uso da mulher como reserva de mão-de-obra barata.

As mulheres também são consideradas como um recurso valioso, uma vez que elas geram a prole e possibilitam a reprodução do homem. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual quanto uma mercadoria. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode, no melhor dos casos, se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal. Por um lado, o sexismo da sociedade de um Estado-nação reforça o poder dos homens; por outro lado, o Estado-nação transforma sua própria sociedade em uma colônia baseada na exploração de mulheres. Assim, as mulheres também podem ser consideradas como uma nação explorada (ÖCALAN, 2016, p.23).

Com base nessa visão crítica, Öcalan propõe como alternativa à Modernidade Capitalista a Modernidade Democrática, baseada em uma economia livre de monopólios, uma ecologia harmônica com o meio ambiente e uma tecnologia amiga da natureza e da humanidade. De acordo com ele, ela sempre existiu, embora tenha mudado de forma de acordo com as épocas, constituindo-se sempre como a contrapartida de uma dicotomia. Significa “o sistema de história universal que está fora das forças da tirania e da exploração” (ÖCALAN, 2017, p. 17) e responde à metodologia universalista, linear, progressista e

determinista implantada pelo Estado-nação para alcançar a homogeneização e edificação da sociedade, utilizando para isso métodos pluralistas, probabilísticos, abertos a alternativas e que possam tornar visível a sociedade democrática. Assim, a Modernidade Democrática tem como propriedades ser uma alternativa aberta a diferentes formações políticas, multicultural, fechada ao monopólio, ecológica e igualitária em relação aos gêneros, criando uma estrutura econômica que se baseia na satisfação das necessidades fundamentais da sociedade e está à disposição da comunidade. Como oposição ao Estado-nação da Modernidade capitalista, o Confederalismo Democrático é a alternativa política da Modernidade Democrática (ÖCALAN, 2017).

Em sua lógica, uma nação democrática não está ligada por fronteiras políticas rígidas ou de uma única língua, cultura e religião; significa pluralidade e comunidade de pessoas igualmente livres que convivem juntas em solidariedade. Então, no Confederalismo Democrático teria a implementação de uma “democracia radical” orientada para o consenso, exercida pelo voto e pela participação direta dos indivíduos em instituições autônomas nos âmbitos social, diplomático, cultural, econômico e no direito de autodefesa. Öcalan faz, então, uma diferenciação entre Estado-nação e democracia, afirmando que

Os processos democráticos de tomada de decisão não devem ser confundidos com os processos já conhecidos da administração pública. Os Estados só administram enquanto as democracias governam. Os Estados são fundados no poder, as democracias são baseadas no consenso coletivo. O mandato no Estado é determinado por decreto, embora possa ser parcialmente legitimado através de eleições. As democracias usam eleições diretas. **O Estado usa a coerção como meio legítimo.** As democracias dependem da participação voluntária” (ÖCALAN, 2020, p. 21, grifo nosso).

Sem a necessidade de um aparato estatal, a democracia é colocada como o caminho para uma sociedade mais igualitária e acolhedora aos diversos grupos sociais, sendo uma alternativa aos nacionalismos. Em vista disso, tal alternativa política é antinacionalista, destinada à realização do direito de autodeterminação e autodefesa dos povos e do avanço da democracia para todos os curdos, sem questionar as fronteiras políticas existentes. É importante ressaltar que o líder curdo deixa explícito que sua alternativa confederada não está em guerra com qualquer Estado-nação, afirmando que a convivência pacífica é possível desde que os atores estatais não interfiram nas questões internas da autoadministração, pois não serão aceitos esforços de assimilação (ÖCALAN, 2016; IMARAL, 2020).

O Confederalismo é pautado em dois pilares principais: a igualdade entre os gêneros¹, pois considera que as mulheres desempenham um papel importante dentro da cultura curda, e é crítico à forma que o Ocidente subordina a mulher; e a ecologia, por ser acreditar na produção e exploração da natureza de forma consciente, sendo contrário à produção e consumo extensivo de produtos sem nenhuma preocupação de cunho ambiental. Por esta perspectiva, o Confederalismo é de caráter anticapitalista.

De acordo com Öcalan, o objetivo não é a fundação de um Estado curdo, mas sim “estabelecer estruturas federativas no Irã, Iraque, Síria e Turquia, abertas para todos os curdos, e criar uma confederação comum para as quatro partes do Curdistão” (ÖCALAN, 2016, p. 36), pensando a sociedade através de um contrato social comum com princípios éticos fundamentais para que igualdades de gênero, étnicas e religiosas sejam estabelecidas. No panorama desse tipo de autoadministração, uma economia autônoma e comunal é necessária, promovendo o aumento dos recursos da sociedade em vez de explorá-los. Com o modelo econômico da “autonomia econômica”, o lucro e a acumulação do capital são minimizados e o monopólio e domínio em virtude do lucro são rejeitados. No entanto, não rejeita o mercado, o comércio, a variedade de produtos, a concorrência e a produtividade, e os sistemas financeiros se tornam válidos na medida em que atendem à produtividade e funcionalidade econômica do modelo (ÖCALAN, 2017).

A tabela 1 reúne as características da alternativa de Öcalan e os atributos da Modernidade Capitalista que ele critica. Percebe-se que na construção de sua proposta, o teórico curdo olha para uma “civilização central” sem especificar de que civilização está tratando, nem muito menos sobre que período histórico se refere. Analisando suas produções, sua teorização foca na Turquia, na população curda e na União das Comunidades Democráticas no Curdistão² (KCK) na construção do seu argumento, trazendo a constatação de evidentemente a civilização central tratada é a etnia curda, e o Estado-nação a quem critica é a Turquia.

¹ A pesquisa não utiliza o conceito de “feminismo” para nomear o pilar da igualdade entre os gêneros e nem a caracterização de “feminista” para a proposta de Öcalan e o autogoverno de Rojava em virtude de o movimento em Rojava considerar tais termos ocidentais e não os utilizarem. Optou-se pelo não uso pois a pesquisa almeja compreender o autogoverno e sua base teórica a partir do que postula ser.

² Organização guarda-chuva que abrange os partidos e organizações ligados ao PKK e que adotam a teoria de Öcalan como ideologia guia.

Tabela 1- Modernidade Capitalista versus Modernidade Democrática

Modernidade Capitalista	MODELO SOCIAL	Modernidade Democrática
Estado-Nação	FORMA DE ORGANIZAÇÃO	Confederalismo Democrático
Nacionalismo	MENTALIDADE	Liberdade e democracia
Ideologia liberal individualizante	PERSPECTIVA ESTRUTURANTE	Comunalismo e federalismo
Capitalismo	ECONOMIA	Autonomia econômica
Nação forte e homogênea Estado deusificado Igualdade artificial burocracia para regular a sociedade Leis para legitimar o capitalismo Mulher explorada	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	Democracia radical e consenso Multicultural Antiestatal e antinacionalista Anticapitalista e antimonopolista Autodeterminação e autodefesa dos povos Mulher e ecologia como centrais

Fonte: elaboração própria. 2022.

Assim, para delinear sobre seu objeto de crítica, Öcalan toma a Turquia como base: “Vamos agora inferir algumas características do Estado-nação a partir do exemplo da República da Turquia” (ÖCALAN, 2016, p. 22), e para demonstrar os males causados pela Modernidade Capitalista e o Estado-Nação, o teórico toma a etnia como base:

A essência da minha defesa é pesquisar a realidade curda e a existência do povo curdo em relação à civilização e à modernidade. O objetivo é explicar que o capitalismo foi o principal responsável pelo surgimento da questão curda e separar pela primeira vez a essência democrática da solução do estatismo nacional. (ÖCALAN, 2017, p. 19).

Para para comprovar que a Modernidade Democrática é a solução e alternativa ao que critica, traz o KCK e os curdos, que só pode ser “salva” pelo projeto que ele propõe:

O estatismo-nação está em dissolução e até se tornou um problema para a modernidade capitalista. Desenvolvimentos nacionais democráticos mais flexíveis liderarão os avanços de nossa era. A modernidade democrática significa a expressão teórica e os passos práticos desses avanços. O KCK, como expressão concreta das transformações nacionais democráticas no Curdistão, lança luz sobre o caminho da solução da modernidade democrática no Oriente Médio (ÖCALAN, 2017, p. 11).

A modernidade democrática, embora tenha mudado de forma de acordo com as diferentes épocas, sempre existiu e é uma realidade que sempre teve sua própria contra-história ao longo da história civilizacional. Significa o sistema da história universal que está fora das forças da tirania e da exploração. A realidade curda representa uma cultura que recebeu os mais duros golpes das forças civilizacionais e é uma cultura que foi atacada por forças que pretendem exterminá-la. Portanto, só

pode realizar sua existência por meio de uma civilização que está fora da civilização classista tradicional – como uma civilização socialista democrática (ÖCALAN, 2017, p. 17).

Outro ponto importante a ser elencado é a grande confiança depositada na democracia, apesar de não ser discutida uma definição desta e nem como seria sua implementação. Öcalan a posiciona como o *modus operandi* da política em meio ao cenário de liberdade, e distingue os processos democráticos de tomada de decisão dos processos que conhecemos da administração pública:

Os Estados só administram, enquanto democracias governam. Os Estados são fundados no poder; as democracias são baseadas no consenso coletivo. Os cargos no Estado são determinados por decreto, ainda que possam, em parte, ser legitimados através de eleições. As democracias usam eleições diretas. O Estado usa a coerção como meio legítimo. As democracias se baseiam na participação voluntária (ÖCALAN, 2016, p. 27).

Com isso, percebe-se que não é oferecida nenhuma descrição em detalhes ou em qualquer nível (comunal, cantonal, regional) a respeito da maneira que a democracia deveria ser implantada, tampouco qual forma Öcalan acredita ser a melhor para se instaurar uma democracia (SIMMONS, 2016). Destarte, ela acaba por ser apresentada como algo dado, um processo de tomada de decisões e abordagem para autoadministração que aparentemente todos conhecem como funciona. Sequer formula uma discussão que demonstre uma maior vantagem do processo de votação que favoreça a democracia em detrimento de modelos baseados em consenso.

Por fim, as características do Estado-não elencadas por Öcalan remetem a concepção de Estado discutida por Max Weber, principalmente no que tange à centralização de poder e uso da força para controle do meio. Por esta percepção, é importante captar com amplitude quais os atributos desse “tipo” de Estado.

2.3 O ESTADO WEBERIANO

Max Weber (1864-1920) foi um dos pensadores mais influentes da Sociologia e da Ciência Política, influenciando o discurso acadêmico sobre Estado, autoridade e legitimidade. Sua concepção do mundo como sendo um de *Machtstaaten* – isto é, Estados sendo definidos pelo poder que exercem - ressoou também em estudos no campo das Relações Internacionais, em pensadores realistas como Raymond Aron, Hans Morgenthau e Edward Carr, e a definição de Estado de Weber ainda pode ser considerada o ponto de partida comum para a maior parte

da literatura sobre construção de Estado contemporânea (LOTTHOLZ, LEMAY-HEBERT, 2016). Infere-se que o mesmo ocorreu com Öcalan pois, como anteriormente elucidado, as características descritas nas ponderações do líder curdo sobre o Estado se encaixam nas elucubrações do teórico alemão.

Entretanto, o clássico enunciado que define o aparato estatal como aquele que reivindica com sucesso o monopólio da força coercitiva legítima dentro de um determinado território (WEBER, 2015) centraliza a compreensão sobre o Estado em um ponto que se refere apenas a superfície do que realmente denota o “Estado weberiano”, pois a perspectiva do teórico não diz respeito apenas ao monopólio do uso da força. Como veremos, implica em dinâmicas mais profundas, daí garantidas e mantidas pelos meios coercitivos, mas não esgotadas nesse aspecto. Com isso, é fundamental um exame mais cuidadoso sobre os ângulos da conceitualização weberiana de Estado, e o ponto de partida é a contextualização de sua definição, vinculada tanto aos seus vários escritos, quanto ao contexto histórico.

Weber testemunha em primeira mão a crise da tradição prussiana (aristocrática, autoritária, patriarcal) e a ascensão dos Estados modernos (democracia representativa, burocrática, jurídico-racional etc.). A Alemanha de seu tempo vive profundas mudanças sociais, históricas e culturais que permitiram à modernidade da época tomar consciência de seus limites e da distância entre seu marco jurídico e a realidade social. Esse processo, que ele chamou de "racionalização do mundo", não pode ser pensado sem tensões e contradições e constitui o tema básico ou o fio condutor de toda a sua obra. Weber pôde ver até que ponto a racionalidade formal dos negócios, do direito ou do Estado é inseparável e tem em seu ápice a irracionalidade do governo carismático e da burocracia. Presencia a concentração industrial e modernidade econômica que transformam radicalmente a antiga paisagem ideológica protestante e sua análise da religião, da política e das formas de legitimação é indissociável da mudança vivida pela Alemanha, e quase toda a Europa Ocidental, entre 1864 e 1920 (ALCOBERRO, 2014).

Além disso, para apreciar adequadamente sua posição, precisamos situá-lo no contexto da teoria política alemã contemporânea, cuja situação intelectual e histórica é marcada pelo declínio, ao longo do século XIX, da doutrina de que o Estado tinha um propósito particular. Weber não pertencia à escola conservadora-organicista que sustentava que o Estado era um fim em si mesmo e era hostil a toda conversa sobre propósitos estatais (ANTER, 2014). Por isso, sociologicamente ele define o Estado sem considerar propósitos substantivos, insistindo que não é possível defini-lo em termos da *finalidade* que segue, pois não há um único propósito que todos os Estados tenham buscado. Em vez disso, utiliza para a definição o *meio*

que lhe é próprio – a coação física - que é comum a todos os Estados, e explica que “a coação não é o meio normal ou único do Estado (...), mas é seu meio específico” (WEBER, 2015). Fins e propósitos estão sujeitos a constantes mudanças históricas e, portanto, inúteis para definir a natureza fundamental do Estado; os meios de realizar o propósito, por outro lado, permanecem constantes (ANTER, 2014).

Metodologicamente, é evidente a forma robusta como Weber concebeu sua noção, pois se preocupou com a construção de tipos ideais para formular suas explicações. Os tipos ideais são abstrações exageradas que podem ajudar os pesquisadores e pesquisadoras a avaliar as diferenças entre eles e a realidade empírica, e tal procedimento não era uma novidade no pensamento alemão, tendo sido empregado, por exemplo, por Hegel na “Fenomenologia do Espírito” e principalmente por Friedrich Nietzsche, em muitas de suas obras (MORCILLO LAIZ, SCHLICHTTE, 2015; ESLABÃO, s/d). No caso da compreensão sobre o Estado, o uso do tipo ideal permite ao autor conceituar “o Estado” em toda a sua complexidade, abstração, heterogeneidade e mutabilidade histórica. Ele exclui todos os aspectos “mutáveis” das formas fenomênicas complexas, heterogêneas, históricas e contemporâneas e preserva o que é constante e comum a todos os Estados. De acordo com Anter (2014), ao fazer isso Weber construiu o conceito como um tipo empírico que, por um lado, destila a essência do aparato estatal a partir de uma riqueza de material diverso e, por outro, é um instrumento heurístico para a compreensão conceitual de realidade empírico-histórica. Assim, o uso do tipo ideal de Estado moderno nos permite diferenciar entre diversas associações políticas – das quais o Estado moderno é apenas um exemplo – e foi construído pela combinação de um conjunto de qualidades que apresentam valores extremos de forma que podem ajudar a estabelecer relações causais e construir hipóteses. Com essa estratégia de formação de conceitos, Weber buscou um meio para desembaraçar a multiplicidade empírica que nos cerca usando conceitos precisos e claros (MORCILLO LAIZ, SCHLICHTTE, 2015).

Nesse quadro, o teórico alemão compreende que o Estado não é uma entidade separada da vida. Consiste, na verdade, em uma *relação de dominação* de homens sobre homens, apoiada no meio da coação considerada como legítima, e para que o aparato estatal exista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelos que dominam (WEBER, 2015b). Na medida em que “as ‘relações’ existem apenas como ações humanas de determinado sentido” (WEBER, 2015a, p. 24), fica claro que o Estado não pode ter uma existência separada dos indivíduos, o que demonstra que a concepção weberiana do Estado é uma concepção subjetiva (BIANCHI, 2014).

Para que se capte com precisão o tipo de relação que o autor se refere, é essencial que entendamos os conceitos de *poder e dominação*. “Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 2015a, p.33). Com a finalidade de discernirmos o núcleo do conceito, devemos considerar a resistência: a probabilidade de impor a própria vontade traz implicitamente consigo a existência de uma resistência, já que na ausência desse polo de contraposição, a vontade não precisa ser imposta, ela é aceita. Assim, “este parece ser o núcleo do conceito de poder: a imposição” (GIGANTE, 2010, p. 181).

Contudo, o próprio Weber afirma que o conceito de poder é sociologicamente amorfo, pois todo o indivíduo poderia por outro em uma situação na qual este último seria obrigado a aceitar sua vontade, tornando o conceito pouco útil para a análise das relações sociais (BIANCHI, 2014). Em decorrência disso, o teórico prefere o usar a ideia de *dominação*, que se refere a

uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (‘obediência’) (WEBER, 2015b, p. 191).

Em outras palavras, dominação é a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis” (WEBER, 2015a), e quando essa obediência é encontrada de forma pronta, automática e esquemática, chamamos tal ação de “disciplina”. De acordo com Bianchi (2014), o uso do conceito de dominação suprime o caráter equivocado que o conceito de poder traria, uma vez que implica uma probabilidade e permite prever, em dada relação, qual das partes conseguirá impor sua vontade. Fica explícito que a situação de dominação está ligada à presença efetiva de *alguém* mandando eficazmente em *outros*, e diferente do conceito de poder, no interior do conceito de dominação não há imposição (GIGANTE, 2010).

Por conseguinte, na medida em que os indivíduos estão submetidos a situações de dominação em virtude de uma ordem que regula as relações sociais, tem-se como configuração uma *associação de dominação*. A ideia de “associação” é fundamental para a definição de Estado na perspectiva weberiana, esta sendo

uma relação social fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação quando a observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de

determinadas pessoas, destinado particularmente a esse propósito: de um *dirigente* e, eventualmente, um *quadro administrativo* que, dado o caso, têm também, em condições normais, o poder de representação (WEBER, 2015a, p. 30).

Assim, o traço distintivo da associação de outras formas de relação social é que nesta estaria presente, e seria facilmente identificável, um dirigente ou um quadro administrativo em condições de colocar em prática a ordem da associação (BIANCHI, 2014). De forma aprofundada, Weber denomina de *associação política* as associações de dominação que, pelo uso da ameaça e da coação física por parte do quadro administrativo, garantem sua subsistência e vigência de suas ordens de modo contínuo e dentro de um determinado território geográfico (WEBER, 2015a). Com isso, o Estado seria uma associação política em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.

Dessa forma, entende-se que a monopolização da força, apesar de ser condição necessária para que exista o Estado no sentido moderno da palavra, não é condição suficiente, visto que tal monopólio precisa ser *legítimo*, contribuindo para uma *continuidade e durabilidade* do aparato estatal. Somente com tal legitimidade é que um poder pode durar no tempo, e apenas um poder duradouro e contínuo pode constituir um Estado. De acordo com Bobbio (2000), quando Weber afirma que por Estado se deve entender uma empresa institucional de caráter político na qual o aparato administrativo leva adiante “com sucesso” uma pretensão de monopólio da coerção física legítima, fica explícito que o “sucesso” é colocado não como condição – a ser verificada posteriormente – da validade da pretensão, mas como consequência previsível de essa pretensão ser legítima. Assim,

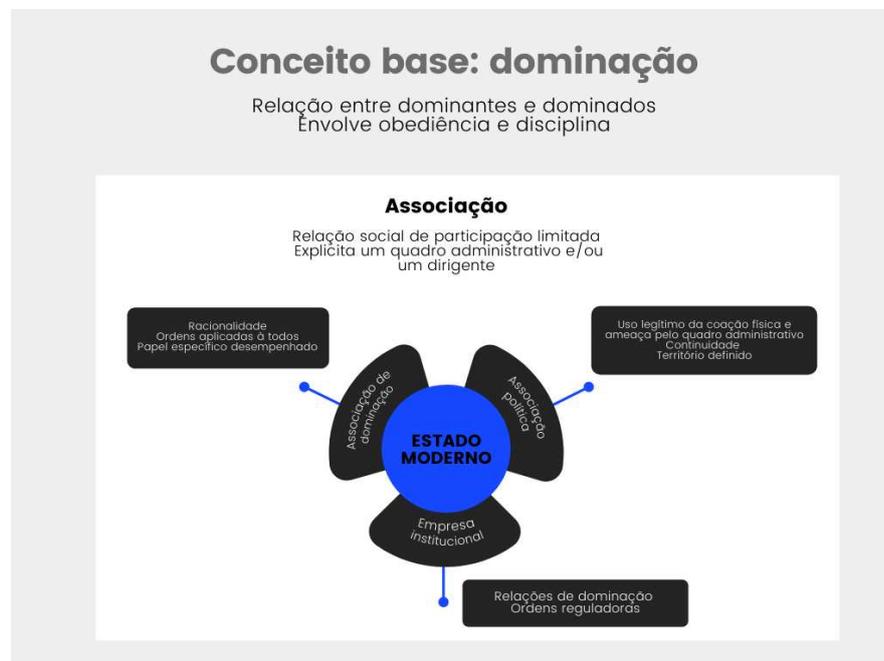
(...) nenhuma ordem se torna legítima pelo simples fato de ser efetiva, isto é, de durar como ordem coativa que consista na obediência, mas ao contrário, uma ordem só é efetiva se pode contar com a legitimidade do poder que a constituiu e continua a sustenta-la com seus comandos (BOBBIO, 2000, p. 139).

Ademais, a natureza sociológica do Estado como uma *empresa institucional* revela mais sobre a essência estatal. Por “empresa”, Weber (2015a, p. 32) define uma “ação contínua que persegue determinados fins”, ao passo que uma instituição se refere a um grupo empresarial cujos estatutos podem ser (mais ou menos) impostos com sucesso, dentro de um determinado domínio, a todos cuja ação exiba características especificadas. Com isso, temos três critérios relevantes para concepção estatal: i) uma instituição é um grupo empresarial com ordens estatutárias racionais; ii) tais ordens se aplicam a todos dentro da instituição; e iii) as ordens são impostas em um sentido específico. O primeiro critério fornece indiretamente ao

Estado o atributo de *racionalidade*: se uma “instituição” é sempre uma instituição racional, então “Estado” significa “instituição estatal racional”. O segundo critério demonstra que ninguém pode escapar às exigências de uma vida ordenada dentro do Estado, e o terceiro demonstra que esta entidade não desempenha qualquer papel (ANTER, 2014).

Dado este panorama, verifica-se uma série de qualificações adicionais que estão presentes na conceituação weberiana sobre o Estado, que geralmente não são explicitadas ou discutidas em decorrência de uma visão estática sobre a definição, que se limita aos elementos básicos do monopólio do uso da força, do quadro administrativo e o território definido. Fica evidente que, na medida em que as ideias do autor são exploradas, o aparato estatal se torna resultado de um compilado de conceitos que descrevem diferentes atributos e/ou dinâmicas sociais que, ao se aglutinarem, expandem e complexificam o que é o Estado. De forma esquemática, a figura 1 agrupa os conceitos expostos, ilustrando as outras características estatais que comumente “escondidas” e não são debatidas nas discussões sobre a definição de Estado Moderno.

Figura 1 - Estado weberiano: conceitos e atributos



Fonte: Elaboração própria.

Cabe, agora, questionar: se, para que o Estado exista, é necessário que haja a submissão das pessoas dominadas à autoridade dos dominantes, por qual razão os indivíduos se submetem? Para a resposta e continuidade da compreensão sobre o conceito weberiano, é

crucial conhecer os motivos internos a partir dos quais os sujeitos aceitam aqueles comandos e a eles se conformam, bem como os meios externos nos quais se apoia a dominação, ou seja, o que o aparato estatal se utiliza para fazer valer seus comandos (a força monopolizada). Com isso, entraremos agora nos aspectos da relação comando-obediência.

2.3.1 Relação comando-obediência

Nesse ponto, a questão decisiva é sobre como a ordem legítima surgiu e se consolidou, e como o Estado moderno veio substituir outras formas menos sofisticadas de comunidade política. Na filosofia política, encontramos a ideia de legitimidade como um sinônimo de aceitação (ESLABÃO, s/d), e as justificativas internas para tal aceitação são tratadas, na perspectiva weberiana, como *fundamentos da legitimidade* de uma dominação. Nessa ótica, o autor delinea três fundamentos: i) atribui-se validade em decorrência da autoridade do costume santificado por meio de uma validade imemorial e de um posicionamento habitual com vistas à sua manutenção; ii) atribui-se validade pela autoridade do dom pessoal extraordinário, do carisma, do heroísmo e outras propriedades de liderança de um indivíduo; iii) atribui-se autoridade da crença na validade do estatuto legal e da competência material fundamentada pelas regras racionalmente criadas, levando à disposição para obediência e cumprimento de deveres instituídos (WEBER, 2015c). Nesse quadro, tais justificativas ditam a natureza da legitimidade pretendida, indicando os diferentes tipos da obediência e de quadros administrativos destinados a garantir e manter a dominação.

Perguntar pelos fundamentos legítimos da dominação conduz a três tipos puros. No primeiro tipo, chamado de *dominação tradicional*, a legitimidade repousa na crença de ordens e poderes senhoriais que, em virtude de uma tradição, representam e são reconhecidos como autoridade, pois existem “desde sempre”. O dominador não é um “superior”, mas um *senhor pessoal*, e seu quadro administrativo não é composto, primariamente de “funcionários”, mas de *servidores pessoais* (WEBER, 2015a). As formas mais puras deste modelo de dominação são a patriarcal e a estamental, sendo os governos tradicionais típicos do feudalismo. A fidelidade, santidade da tradição e dignidade ao senhor são os fatores que revestem de legitimação à relação de dominação tradicional (ESLABÃO, s/d).

Em seguida, temos a *dominação carismática*, baseada na veneração a um indivíduo identificado como possuindo *carisma*, isto é, a qualidade considerada extra cotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, muitas vezes a colocando na posição de enviada por Deus como um exemplo a ser seguido e, portanto, como

“líder”. É o reconhecimento dos dominados que consolida a relação, que é puramente pessoal, e a composição do quadro administrativo não ocorre segundo critérios de formação profissional ou de dependência pessoal, mas sim, segundo a inspiração do líder, correspondendo aos “discípulos”, os “homens de confiança” (WEBER, 2015a).

Por fim, o terceiro tipo – a *dominação legal* – é de caráter racional, baseado na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação. Obedece-se a uma ordem impessoal, de exercício contínuo, vinculado a determinadas regras e funções oficiais dentro de um âmbito de vigência objetivamente limitado em virtude da distribuição dos serviços. Com isso, além dos poderes de mando serem atribuídos aos indivíduos, os meios coercitivos sofrem uma limitação pelo estabelecimento de condições específicas para sua aplicação. O quadro administrativo é composto por funcionários de qualificação profissional, hierarquicamente arranjados, e que obedecem somente às obrigações do seu cargo. Este tipo de dominação é característico do Estado e da sociedade moderna, em que a forma mais pura de dominação legal é a burocracia (WEBER, 2015a).

Relembrando o uso de tipos ideais como mecanismo que auxiliam na compreensão sobre a realidade, os tipos puros de dominação configuram-se como um recurso heurístico utilizado como parâmetro de análise por Weber; são modelos que pretendem expressar casos extremos com o propósito de revelar determinados processos ou mecanismos da vida em sociedade, e muito provavelmente não são encontrados na realidade. Como afirma Eslabão (s/d), os tipos ideais/puros weberianos não são um fim, mas um meio de interpretação, um modelo com a pretensão de captar determinados aspectos da vida social em um determinado tempo.

Ademais, toda organização de dominação que exige uma administração contínua requer a obediência diante dos que reclamam o poder legítimo e a disposição sobre os bens concretos que eventualmente são necessários para aplicar a coação física, ou seja, os meios externos nos quais se apoia a dominação (WEBER, 2015b). O quadro administrativo pode estar ligado à relação por meios que apelam ao interesse pessoal: poder, dinheiro e *status* (recompensa material) são perseguidos sem precisar de justificativa, bem como recompensas em termos de ideais e crenças. A organização torna-se superior quando estabelece a regularidade duradoura da distribuição equilibrada dessas vantagens, pois indivíduos são obedientes por interesse na estabilidade da qual são portadores (GIGANTE, 2010).

Além disso, há que se considerar os sentimentos de honra social e dignidade conferidos às posições ocupadas em meio ao poder, que apontam para a distinção social do

portador de certo *status*. “A burocracia [estatal] roubou o segredo do status da nobreza, criando uma ordem paralela de hierarquia, não a dos brasões, linhagens ou ‘sangues’, mas a dos títulos e a dos cargos, nova forma da dignidade do sentir-se distinto” (GIGANTE, 2010, p.177). Conclui-se que a legitimidade weberiana de uma dominação envolve o reconhecimento dessa relação através de uma justificação interna, assim como as circunstâncias das relações sociais que são atravessadas pelas ordens políticas, resultando na distribuição de consentimentos sociais que fazem do domínio algo vantajoso de ser sustentado.

Dado o exposto, é possível uma compreensão mais aprofundada sobre o Estado Moderno na perspectiva weberiana, demonstrando a complexidade de características e relações presentes nesse ator. Com isso, um conceito mais robusto se constitui:

Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reunião para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos (WEBER, 2015b, p. 529).

2.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Após compreendermos a complexidade que é o Estado e embarcarmos nas conjecturas de Bull sobre atores além do estatal para constituir o Sistema Internacional, este primeiro capítulo buscou demonstrar o como é complexo refletir e conceber outra uma outra possibilidade de ator sociopolítico estruturante e organizador para o mundo, além de constatar o quão audaciosa é a proposta de Öcalan, apontada como alternativa ao aparato estatal e solução dos problemas causados pelo processo de consolidação estatal à etnia curda e a região do médio oriente.

Logo após análise sobre a Modernidade Democrática e posterior compreensão sobre o Estado weberiano, base da crítica à Modernidade Capitalista, percebeu-se duas lacunas nas asserções postuladas: i) ausência de definição explícita sobre que contexto analisa (civilização central); ii) falta de clareza em relação ao seu entendimento sobre democracia, funcionamento e implantação na sociedade. Ainda, algumas incongruências foram notadas: i) apesar de ser antinacionalista, o intuito, a construção do argumento e a análise posicionam os curdos no centro da proposta; ii) a contraposição feita entre o Estado-nação e “as democracias” é feita como se fossem entidades de mesma categoria (estruturantes), além de iii) serem colocados

em tamanha oposição de forma que impossibilita o entrelaçar dos dois, ou seja, um Estado de regime político democrático.

Ainda, atesta-se que: i) o Estado-nação criticado é a Turquia, e os juízos resultantes de tal ato apontam para a implicitude da concepção estatal teorizada por Max Weber na proposta; ii) comparando com a teorização feita por Weber, as ideias de Öcalan necessitam de maiores definições metodológicas e epistêmicas se visa solucionar problemáticas em ampla escala, como seria o caso dos países que compõe o Oriente Médio.

A seguir, após compreensão teórica sobre o fundamento do autogoverno de Rojava, adentraremos na conjuntura particular do Estado sírio, criado pelas dinâmicas de guerra civil e conflito contra o Estado Islâmico, que possibilitou sua concretização. Depreender sobre esse contexto é crucial para compreensão da linearidade da pesquisa, pois foi nele que Rojava, como governança política, se constituiu territorialmente – ocupando zonas ao norte do país que historicamente eram do Curdistão –, juridicamente - com a elaboração de uma “constituição” própria – e estruturalmente – com a definição organizacional das instâncias o seu autogoverno.

3 CONTEXTO HISTÓRICO: A QUESTÃO CURDA E SEUS NACIONALISMOS NA SÍRIA, TURQUIA E IRAQUE E A GUERRA NA SÍRIA

3.1 A QUESTÃO CURDA: COMPREENDENDO A BUSCA HISTÓRICA POR AUTONOMIA

Os curdos são um dos maiores grupos étnicos do Oriente Médio, seguidos dos árabes e os persas. Quase como um provérbio, a assertiva de que são a maior população sem Estado frequentemente acompanha as discussões sobre a etnia e a busca pela criação do Curdistão, que contemplaria as áreas de *Başûrê* (Curdistão iraquiano), *Bakur* (Curdistão turco), *Rojava* (Curdistão sírio) e *Rojhilat* (Curdistão iraniano). De fato, tal luta é uma marca na história da população e sua não autonomia estatal é resultado do longo processo de formação do aparato estatal moderno no Oriente Médio. Quando a era “moderna” do Oriente Médio começa é uma questão de debate; para o propósito da pesquisa, considera-se seu início na década de 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial e colapso do Império Otomano, quando os sistemas estatais como os conhecemos hoje começaram a ser estabelecidos na região (KAMRAVA, 2011).

Dadas várias adversidades políticas, econômicas e sociais, a extensão geográfica do Curdistão tem variado consideravelmente ao longo dos séculos. Como a área geográfica na região do Oriente Médio, compreende as zonas territoriais habitadas por uma maioria de pessoas pertencentes a etnia curda, abrangendo os Estados da Turquia, Irã, Iraque e Síria. Não se sabe com exatidão o número de pessoas que pertencem a etnia; as estimativas atuais são baseadas em estatísticas populacionais para os departamentos ou províncias nas áreas de assentamento majoritário curdo nos países supracitados, somando-se a estimativas de pessoas da etnia que vivem em áreas de maioria não curda. De acordo com o Institute Kurde de Paris (2017) em 2016 na Turquia, o território curdo conhecido como Bakur possuía em aproximadamente 14,2 milhões de habitantes, dos quais 12,2 milhões curdos, correspondendo a 86% dos habitantes dessa localidade. Considerando as fortes comunidades curdas em metrópoles turcas como Istambul, Izmir, Ancara, Adana e Mersin, tem-se uma estimativa adicional de 7 a 10 milhões de curdos, dos quais mais de 3 milhões só em Istambul, considerada maior cidade curda do mundo. Com isso, assumindo uma média de 8 milhões de curdos nas regiões de maioria turca, podemos chegar a 20 milhões de curdos na Turquia, cerca de 25% da população total desse país em 2016.

Seguindo a mesma lógica, o Curdistão Iraniano possui cerca de 10 milhões de pessoas, aproximadamente 12,5% da população do Irã vivendo nas províncias de Kordestan, Kermanshahan, Ilam e Azerbaijão Ocidental. Ainda, somando esses números com os das comunidades curdas de Khorassan (1,5 milhões) e Teerã (500 mil), temos uma correspondência de 12 milhões de curdos no Irã – 15% da população total. Já no Iraque os números são mais precisos: em 2016 as três provinciais curdas de Erbil, Duhok, Sulaymaniyah, que constituem o Curdistão Iraquiano possuíam 5,4 milhões de curdos. Somando-se aos 3 milhões de curdos habitantes das localidades fora da Região Federada do Curdistão, a população curda no Iraque é de 8,4 milhões ou 26,5% da população. Na Síria, a guerra civil bagunçou o equilíbrio demográfico nos três cantões curdos que formam *Rojava*, o Curdistão Sírio. No total, estima-se entre 3 a 3,5 milhões de curdos na Síria, quase 1% da população, dos quais 2,5 milhões de curdos nos cantões de Jazira, Kobane e Afrin e mais de 1 milhão nas comunidades curdas de Aleppo e Damasco. Ainda, a diáspora curda na Europa é estimada em 1,5 milhões de pessoas (INSTITUTE KURDE DE PARIS, 2017).

Destarte, os curdos, considerados um dos maiores grupos populacionais sem um Estado, são estimados entre 36 a 45 milhões de pessoas, espalhados pelo Oriente Médio. Em sua maioria, são muçulmanos sunitas, e os principais idiomas que falam são o Curmânji e o Sorani. Sobre sua origem, há mitos que envolvem o rei Salomão, bem como visões de

estudiosos que acreditam que eles são descendentes de várias tribos indo-europeias que se assentaram nas áreas citadas a 4 mil anos, como os Medos, que ajudaram a derrubar o Império Assírio em 612 a.C (GUNTER, 2004). Apesar das divergentes teorias, como ponto em comum nas explicações é que são baseadas na territorialidade, ou seja, são autóctones: as teorias analisam antigos habitantes da região específica conhecida atualmente como Curdistão, buscando conexões etimológicas entre essas pessoas e os curdos modernos. De acordo com Ozoglu (2004) essas teorias concluem que os curdos são aqueles que habitaram uma região que é conhecida na história antiga por nomes diferentes, mas hoje é chamada de “Curdistão”.

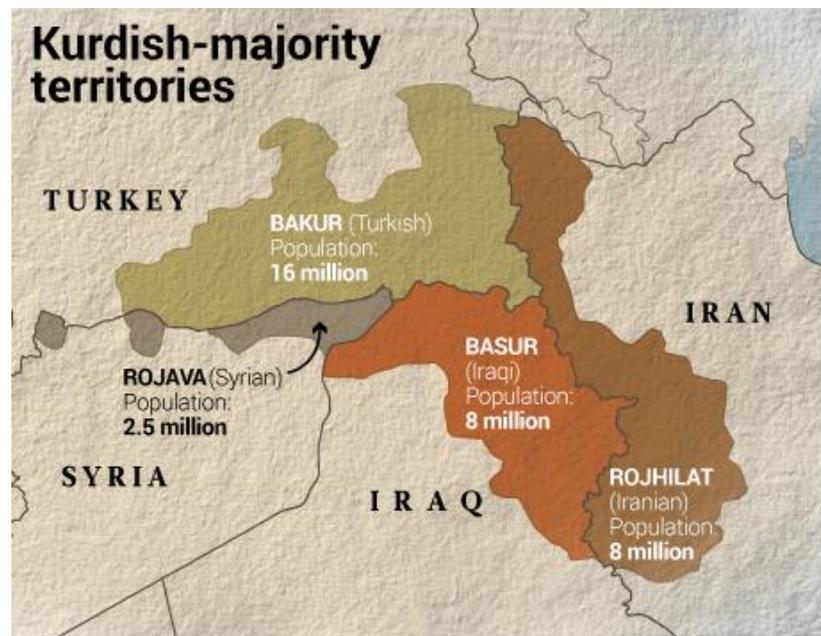
Dada a rivalidade entre o Império Safávida no Irã e o Império Otomano na Turquia, os curdos emergiram como atores importantes na política da região na virada do século XVI, pois as regiões habitadas por curdos localizavam-se em zonas intermediárias entre os impérios, possuindo uma importância estratégica no sudoeste asiático. Conscientes de sua posição, os curdos se tornaram mais assertivos politicamente e vários principados semi-independentes floresceram a partir disso (ENTESSAR, 2009). Em decorrência da contínua luta pela ascendência regional entre os impérios otomano e iraniano, que, persuadidos a agir em nome do Império Otomano, que era sunita, contra os xiitas safávidas, os principados curdos foram incorporados aos otomanos (YEGEN, 1996). Gerou-se um arranjo - tolerado pelos otomanos pois estes estavam preocupados com o império rival - que garantiu autonomia significativa aos chefes tribais curdos (KLEIN, 2009): como uma organização política, os principados forneceram uma unidade confederativa para as tribos curdas, e como entidades autônomas, os curdos construíram “subsistemas” individuais dentro do sistema geral do Império Otomano, que floresceram e sobreviveram até metade do século XIX (YEGEN, 1996; ENTRESSAR, 2009).

Com a Primeira Guerra Mundial e a derrota dos otomanos, os vencedores europeus esculpiram um novo mapa das antigas regiões do Império e tomaram vários desses novos Estados como seus próprios “mandatos” (KLEIN, 2009). Com exceção do Irã, Marrocos e a periferia da península Arábica, todos os países do Oriente Médio e Norte da África são sucessores do Império Otomano e assim como os palestinos e outros grupos minoritários da região, quando o império se dissolveu, os curdos e seus líderes acreditaram que receberiam seus direitos da comunidade internacional e das potências coloniais que dominavam a região, o que não ocorreu (ANDERSON, 1987; MILTON-EDWARDS, 2011). Nesse quadro, o chamado Acordo Sykes-Picot de maio de 1916 propôs a divisão das áreas curdas entre Grã-Bretanha, França e Rússia, deixando os curdos incertos sobre seu futuro *status*. Contudo, os

britânicos visaram, a princípio, estabelecer um Estado curdo, ideia que contava com algum apoio americano e para isso, o tratado de Sèvres de 1920 veio propor a estrutura legal para a criação do aparato estatal curdo. O artigo 62 demarcou como autônomas as áreas predominantemente curdas situadas a leste do Eufrates, a sul da fronteira meridional da Armênia, a norte da fronteira da Turquia com a Síria e a Mesopotâmia (artigo 62). Ainda, continha garantias do cumprimento do acordo, como o artigo 63, que explicita a concordância do governo turco em executar os termos estabelecidos pelo acordo, e o artigo 64, que esboçou as condições para a independência curda (ARAÚJO, 2018).

No entanto, o acordo nunca foi implementado: o movimento nacional turco, liderado pelo oficial militar nacionalista Mustafa Kemal Atatürk, venceu a Guerra de Independência e aboliu o sultanato, provocando uma mudança de regime que forçou a Inglaterra e outras potências aliadas a renegociar os termos do Tratado de Sèvres, resultando na substituição deste pelo Tratado de Lausanne. Assinado em 24 de julho de 1923, o novo tratado impediu a demarcação dos territórios curdos, que foram oficialmente divididos entre os Estados turco, sírio, iraquiano e iraniano (ARAÚJO, 2018; OWTRAM, 2018). Destarte, com exceção do Irã, Marrocos e a periferia da península Arábica, todos os países do Oriente Médio e Norte da África são sucessores do Império Otomano e assim como os palestinos e outros grupos minoritários da região, quando o império se dissolveu, os curdos e seus líderes acreditaram que receberiam seus direitos da comunidade internacional e das potências coloniais que dominavam a região, o que não ocorreu (ANDERSON, 1987, MILTON-EDWARDS, 2011).

Figura 2 - Mapa das regiões do Curdistão



Fonte: GULF NEWS, 2017.

Comum aos quatro países, desde o início da década de 1920 houve um regime de repressão étnica e cultural em que curdos tiveram seus direitos de propriedade negados, sua mobilidade restrita e proibidos de ter seu próprio sistema escolar, enquanto centenas de milhares tiveram sua cidadania negada (NEUBERGER, 2014). A era do nacionalismo turco de Kemal Atatürk, por exemplo, não permitiu espaço para identidades concorrentes, sejam estas religiosas, étnicas ou de qualquer outro tipo (MILTON-EDWARDS, 2011) e para manter as várias minorias do país sob controle, o regime adotou leis que concederam ao Estado o poder de deslocar à força membros de minorias considerados como necessitados de assimilação. Em adição, tal lei também concedeu ao Estado o poder de dissolver todas as aldeias ou bairros urbanos onde o turco não fosse a língua falada e proibiu a formação de associações cujos membros não fossem constituídos por uma maioria de falantes de turco. Embora a lei nunca tenha sido implementada nacionalmente devido ao seu imenso escopo, ela foi aplicada localmente em cidades dominadas pelos curdos (STORM, 2005). A posição negacionista do Estado turco ainda renomeou os curdos para “turcos da montanha” e proibiu a língua curda, acarretando a mudança de nomes de ruas, vilas e negócios, etc. para o idioma turco (BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO, 2016).

Restrições semelhantes foram impostas no Irã: os iranianos também destruíram e expropriaram terras curdas, proibiram o vestuário típico da etnia e toda educação ou comunicação no idioma da etnia, prenderam dezenas de milhares de curdos, expulsaram e executaram um grande volume da população étnica e proibiram a criação de partidos curdos. No Iraque de Saddam Hussain, a opressão atingiu proporções bárbaras e genocidas durante a Campanha Anfal (1987-1988), também conhecida como Operação Anfal, uma guerra de extermínio dirigida aos curdos que incluiu a execução de milhares de pessoas da etnia por esquadrões da morte iraquianos e pela guerra química. Ao todo, o número de curdos assassinados pelo regime iraquiano pode ter chegado perto de 300 mil e milhares de aldeias foram destruídas pela força aérea iraquiana (NEUBERGER, 2014). No que toca aos curdos na Síria, alguns estudiosos avaliam que a existência deles no país foi relativamente pacífica por constituem uma pequena minoria da população no país. No entanto, o que pode nos ajudar a explicar sobre seu comportamento “quieto” é o fato de que a população curda sofreu dura repressão e perseguição, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com o deslocamento

forçado de milhares de curdos e a perda da cidadania síria de mais de 120 mil pessoas da etnia (STORM, 2005).

É verdade que os processos de formação do Estado e desenvolvimento burocrático não beneficiaram nem prejudicaram igualmente todos os grupos sociais. Mas no caso da etnia curda, o desenvolvimento dos Estados burocráticos modernos, feito ao longo de décadas de mudanças - algumas vezes sutis e muitas vezes violentas - (ANDERSON, 1987), transformou a vivência curda em meio ao processo de constituição estatal na região em uma vivência de autoritarismo, genocídio e repressão. Al (2018) elucida que o nacionalismo estatal pode ser percebido como uma ameaça a certas comunidades étnicas minoritárias que afirmam ter uma identidade distinta das reivindicações de identidade nacional do Estado. No entanto, o nacionalismo étnico também é percebido como uma ameaça à integridade territorial estatal nos quais a etnia está disposta. No caso curdo, os nacionalismos de Estado no Iraque e na Síria, com seus projetos de “arabização” e o nacionalismo na Turquia, com ênfase na Turquia monolítica, levaram a uma profunda insegurança cultural, linguística, política e física para os curdos dadas as políticas de assimilação.

O crescente ressentimento entre os curdos à dura repressão e negligência social, política e econômica das províncias dominadas pelos curdos nos territórios que habitavam impulsionou o surgimento de vários partidos curdos nacionalistas que buscavam garantir a independência e autonomia para a etnia. O movimento nacional curdo em cada país foi influenciado pelos desenvolvimentos que ocorreram nos outros: a República Curda de *Mahabad* no Irã impulsionou as aspirações nacionais curdas no Iraque; as rebeliões curdas no Iraque tiveram um forte impacto no nacionalismo curdo na Turquia. O Partido Democrático do Curdistão do Irã (KDPI) levou à fundação de partidos semelhantes no Iraque (KDP, Partido Democrático do Curdistão do Iraque), Turquia (KDPT, Partido Democrático do Curdistão da Turquia) e Síria (KDPS, Partido Democrático do Curdistão da Síria). O estabelecimento de uma efetiva autonomia curda no Iraque na década de 1990 alimentou a luta nacional curda na Turquia (NEUBERGER, 2014). Por fim, o período de atuação do Partido da União Democrática (PKK) em território sírio resultou na formação do Partido da União Democrática (PYD).

Entretanto, a questão curda tem sido cercada, além das dinâmicas espinhosas com o Estado, por conflitos internos da etnia pois, apesar de comumente serem mencionados como uma unidade, um grupo que compartilha a mesma história e o mesmo território. Os curdos são um grupo étnico altamente fragmentado (STORM, 2005), tanto pelo território quanto pelo idioma, religião e visões políticas sobre a autonomia curda e por isso, as dinâmicas da etnia

curda passam por momentos de aproximação – pela influência mútua dos nacionalismos curdos – e afastamento – pelo fracionamento da etnia. Mas como tais dinâmicas estão circunscritas no autogoverno curdo sírio atual? Para chegarmos em respostas é fundamental compreendermos a relação entre os movimentos nacionalistas curdos da Turquia, Iraque e como influenciaram o nacionalismo curdo sírio.

3.1.1 Nacionalismos entrelaçados: os movimentos nacionais curdos turco, iraquiano e sua influência na Síria

A seguir, delinearemos sobre os movimentos nacionalistas curdos na Turquia, pelo Partido da União Democrática (PKK); e no Iraque, pelo Partido Democrático do Curdistão do Iraque (KDP) e União Patriótica do Curdistão (PUK), de forma a compreender como influenciaram o contexto curdo sírio.

Primeiramente, o regime de Asad estabeleceu uma rede de relações com forças e organizações curdas do Iraque e da Turquia, com a intenção de explorar a questão curda para pressionar os governos iraquiano e turco, com os quais o regime sírio estava em conflito (ZISSER, 2014). Na Turquia, as reivindicações curdas do PKK se iniciaram com o objetivo de garantir a independência das áreas dominadas pela etnia no sudeste da Turquia, travando uma intensa batalha armada com as forças estatais turcas (STORM, 2005). Diante da militarização do embate entre partido curdo turco e as forças armadas estatais, os agentes do PKK fugiram para a Síria para escapar da prisão e liquidação do partido. Em território sírio, passaram a reorganizar suas atividades, ampliando seu campo de ação ao longo da década de 1980 com a criação de um novo exército e expansão de sua área de influência na região das fronteiras entre Turquia, Síria e Iraque. Durante as duas décadas que se seguiram à chegada do PKK à Síria, as autoridades de Damasco toleraram, por um lado, o treinamento e a atividade política desse partido, mas restringiram a liberdade de movimento do grupo e suas operações. Após a pressão da Turquia e seu ultimato no final de 1998, a Síria proibiu a atividade política do PKK e ameaçou extraditar Öcalan para a Turquia, forçando o líder curdo a fugir (DRYAZ, 2018). Com sua prisão em 1998 e a mudança de paradigma do partido – de marxista-leninista para confederalista democrático – as aspirações voltaram-se para a autonomia administrativa e de governança curda, sem o objetivo de estabelecer um aparato estatal próprio.

Mesmo com a saída de Öcalan do país, os laços formados entre o partido e a população curda síria foram suficientes para a influência da ideologia do PKK se estabelecer

no local. Como resultado, o PYD foi fundado em 20 de setembro de 2003 com o objetivo de coordenar um movimento pelos curdos na Síria (DRYAZ, 2018) e tendo acesso a recursos materiais e simbólicos significativos devido a seus vínculos com o PKK. Destarte, a estrutura e a agenda política do PYD permaneceram intimamente relacionadas com as do PKK.

As aspirações de autonomia dos curdos iraquianos e turcos eram distintas e conflituosas: no Iraque, os curdos do Partido Democrático do Curdistão do Iraque vislumbravam e ainda almejam um Estado independente ao qual o regime central iraquiano não se oponha estritamente, e como o Curdistão iraquiano já é uma entidade federal oficial garantida na constituição pós-Saddam Hussein em 2005, a soberania iraquiana atualmente é compartilhada (AL, 2018). Seus interesses não envolvem uma fidelidade a uma identidade nacional iraquiana, mas sim uma decisão pragmática: os curdos consideraram permanecer no Iraque desde que sua identidade e direitos fossem protegidos, que pudessem participar dos processos políticos e sua autonomia fosse reconhecida. Em outras palavras, eles consideravam o novo ambiente político favorável para proteger seus interesses (ÇAKMAK, 2018)

O governo sírio estabeleceu laços com o Partido Democrático do Curdistão (KDP) de Mustafa Barzani e a União Patriótica do Curdistão (PUK) de Jalal Talabani - o PUK foi fundado em 1975 em um evento realizado em Damasco sob os auspícios do regime sírio (ZISSER, 2014). Criado em 1946 por Barzani como braço político do Partido Democrático do Irã (KPDI) (HEVAN, 2013), o KDP ganhou forte simpatia dos curdos sírios, dada ausência de uma organização curda forte na Síria (DRYAZ, 2018), e influenciou as dinâmicas partidárias do Partido Democrático do Curdistão na Síria (KDPS), que emergiu em 1957 como partido-irmão do KDP.

Considerado como o partido político curdo original na Síria, do qual quase todos os partidos políticos atuais traçam suas origens, o KDPS possuía duas posições internas distintas: de um lado, alguns membros do partido buscavam passar o controle da organização para líderes tribais curdos; do outro lado, as tendências progressistas esquerdistas entravam em conflito com tais interesses. Essa mistura contraditória entre líderes conservadores tradicionais e intelectuais reformistas logo se transformou em competição pelo controle do partido, resultando na divisão do partido em 1965 (ALLSOPP, 2015).

Além das diferenças ideológicas entre os membros, a fragmentação do KDPS foi fortemente influenciada pelos eventos no Curdistão iraquiano. Em 1964 as divergências ideológicas internas entre Barzani e Jalal Talabani acarretaram a expulsão deste do partido, e em resposta, Talabani criou o KDP-Politburo - que mais tarde se tornou o PUK). Acompanhando essas dinâmicas, o partido sírio KDPS se desmembrou em 1965, formando o

KDPS *Çep* (esquerda), de Osmar Sabri e Mulla Muhammad Neyo; e o KDPS *Rast* (direita), de Abdul Hamid Darwish. Interessante notar que apesar de o *Çep* ter a concepção da esquerda curda de a etnia s constitui como uma nação dentro da Síria, o partido criou laços com Barzani e o conservador KDP. Já o *Rast*, que considerava os curdos como uma minoria dentro da Síria, constituiu boas relações com Talabani, se ligando a abordagem “progressista” (ALLSOPP, 2015),

Em 1970, Mustafa Barzani interveio na situação de divisão e tentou reunificar o KDPS, convidando os dois segmentos políticos para o Curdistão iraquiano. Apesar do esforço, nenhum acordo foi criado, e em vez disso, um terceiro partido foi originado no encontro, o KDPS *el-Partî* (o partido), com Daham Miro como liderança, que em conjunto com outros membros conservadores, permaneceu leal a Barzani (TEJEL, 2018). Assim, os estratos sociais nacionalistas conservadores passaram a ser representados pelo *el-Partî*, posicionado no “centro” político, aliado ao KDP do Iraque, mantendo o compromisso com a definição dos curdos como grupo nacional na Síria. A partir desse ponto, os partidos curdos supracitados entraram em um processo de sucessivas divisões, com auge na década de 1980, originando mais de 20 partidos concorrentes, encaixados em três linhas principais: a Frente Democrática Curda ligada ao *el-Partî*; a Aliança Democrática Curda, ligada *Rast* e a União Democrática Curda, ligada ao *Çep* (ZISSER, 2014).

Como resultado dessas divisões, a esquerda e a direita na política curda síria passaram a ser definidas mais pela posição curda em relação ao Estado do que por diferenças de princípios socioeconômico, embora os agrupamentos sociais coincidissem com as posições em relação ao aparato estatal. A direita definiu os curdos como uma minoria na Síria, enquanto a esquerda definiu os curdos como um grupo nacional vivendo em sua pátria histórica, exigindo o reconhecimento constitucional dos curdos como uma segunda nação na Síria (ALLSOPP, 2015).

Dado este panorama, que revela um quadro complexo sobre a etnia curda, de fato essa população possui como ponto de intersecção o padrão linear de ações estatais que envolveram violência, assimilação e negação da identidade étnica curda, que impulsionou a emersão dos nacionalismos curdos em cada país que habitam. Todavia, tais nacionalismos não tinham visões similares sobre como atingir a independência estatal, provocando divergências intra-étnicas percebidas principalmente pelas dinâmicas entre o PKK, KDP e PUK e suas respectivas ligações com a política curda na síria causadas pelo uso da questão curda pelo regime sírio como manobra no jogo político da região. Destarte, as alianças estratégicas de Damasco com o PKK, o KDP e o PUK abriram caminho para tensões entre esses três partidos

concorrentes e suas bases sírias locais, polarizando assim os curdos sírios entre percepções diferentes sobre quem são os curdos na síria – nação, minoria ou unidade autogovernada– e qual o caminho “certo” para a etnia – integração ao Estado sírio ou entidade unificada abrangente.

Sabendo de tais polos, seguiremos para compreensão sobre o contexto contemporâneo da questão curda: a guerra na Síria. Delinear-se-á sobre a limitação do poder estatal Sírio e como tal fator permitiu o controle de partes do território por atores não estatais, como é o caso do Estado Islâmico e as forças curdas sírias. Tal compreensão nos ajudará a captar os fatores que possibilitaram a expansão territorial de Rojava e o processo de criação do autogoverno, analisado no capítulo 3.

3.2 GUERRA NA SÍRIA: LIMITAÇÃO DO PODER ESTATAL E ENTRADA DE ATORES NÃO-ESTATAIS NO CONFLITO

Mais de dez anos já decorreram desde que as primeiras manifestações pró-democráticas, iniciadas na cidade síria de Deraa em março de 2011, espalharam-se para todo país, alcançando cidades como Homs, Hama e a capital, Damasco. A reação do presidente Basha al-Assad aos protestos foi mais agressiva do que a de seus homólogos Zine Al-Abdine Ben-Ali, da Tunísia, e Hosni Mubarak, do Egito, e diferente dos egípcios e tunisianos, os protestos sírios encorajados pelos movimentos da “Primavera Árabe” não resultaram em uma mudança de regime político (FIGUEIREDO, 2021).

É nítido que o uso de violência excessiva pelo regime contra os manifestantes, ao inflamar a revolta, impossibilitou o acerto de qualquer pacto de transição. Em adição, a vulnerabilidade interna se intensificou com a deserção das fileiras do exército e sua posterior organização em um contra-exército - o Exército Sírio Livre (*Free Syrian Army*, FSA) -, bem como a militarização e discursos sectários instrumentalizados no lado da oposição e perda de controle estatal sobre partes do país. Somado a isso, a intervenção externa e a presença de grupos *jihadistas*³ escalaram ainda mais a instabilidade, intensificando a contestação e fragmentação da autoridade estatal (HINNEBUSCH, 2018).

³ Em árabe, a palavra *jihad* significa “esforço” ou “luta”, e no tal luta pode ser interna - de um indivíduo contra instintos básicos – ou externa - o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma guerra pela fé contra os infiéis. O termo *jihadista* passou a ser usado com mais frequência no âmbito acadêmico após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 para fazer distinção entre os muçulmanos sunitas não violentos e os violentos. Nessa ótica, os *jihadistas* entendem que a *jihad* é necessária para erradicar os obstáculos para a

Nesse ponto, para entendermos como e por que a presença dessa diversidade de atores impactou tão fortemente o cenário, contribuindo para a desestabilização do contexto sírio, é essencial sabermos quem são, de que lado se posicionaram e, principalmente, os objetivos que buscaram alcançar. De forma a auxiliar na compreensão, os atores foram agrupados em três camadas na tabela 2, de acordo com seu escopo - doméstico, regional ou internacional – e respectivo objetivo. Os atores domésticos foram reunidos em tipos de grupos – pró e anti-regime, *ihadistas* e étnicos – pois seus diferentes graus de motivações, interesses, capacidades e papéis. A segunda camada consiste em Estados regionais, que utilizaram diferentes estratégias para atingir seus interesses, sendo Arabia Saudita, Irã, Turquia, Iraque. A última camada é formada por atores internacionais que se engajaram no conflito em apoio a seus Estados regionais aliados, bem como por uma competição internacional: EUA, Rússia, ONU.

Tabela 2 - Tipos de atores e seus respectivos objetivos na guerra civil da Síria

CAMADA	ATOR	OBJETIVO
Atores domésticos	Grupos pró-regime	Ajudar o regime e seu exército a lutar contra os rebeldes
	Grupos anti-regime	Derrubar o Regime de Bashar al-Assad
	Grupos <i>ihadistas</i>	Quer um Estado muçulmano governado pela lei da Sharia
	Grupos étnicos	Controlar as áreas de maioria étnica/ adquirir autonomia ou criar um autogoverno
Atores regionais	Arabia Saudita	Quer o fim do regime de Assad, mas através de uma vitória nacionalista em vez de islamistas como Irmandade Muçulmana ou Frente Islâmica
	Irã	Garantir a sobrevivência do regime para não perder seu aliado estratégico
	Turquia	Embora não queira romper sua relação com o Irã, continua comprometida com a queda do regime de Assad.
	Iraque	Conter qualquer transbordamento da Guerra Civil Síria para ao mesmo tempo em que continua a apoiar o regime de Assad.

restauração da lei de Deus na Terra, e a violência é a ferramenta utilizada para defender a comunidade muçumana (*uma*) contra os infiéis e apóstatas (BBC NEWS BRASIL, 2014).

Atores internacionais	EUA	Inicialmente queria acabar com o regime de Assad. Posteriormente, mudou seu objetivo para conter os elementos extremistas e para evitar os efeitos da guerra civil e qualquer movimento prejudicial aos seus interesses no Oriente Médio.
	Rússia	Garantir a permanência do regime de Assad e preservar o acesso à sua base naval em Tartus, na Síria. Ainda, cercear a influência dos EUA e do ocidente na região
	ONU	Acabar com o conflito e estabelecer a paz através de medidas multilaterais

Fonte: elaborado com base em Mirza et al., 2021.

Nessa conjuntura, do lado do regime, al-Assad e as forças estatais do Exército Árabe Sírio (EAS) foram apoiadas ao longo do conflito pela Rússia, Irã, Hezbollah, pela organização paramilitar Força de Defesa Nacional (NDF, *National Defense Forces*) e por combatentes nacionais e estrangeiros pró-regime. Em decorrência da deserção de suas fileiras, o EAS - ajudado pelo Corpo da Guarda Revolucionária do Irã (IRGC) e pelo *Hezbollah* - treinou e equipou forças paramilitares, fundindo-as com milícias locais para criar a NDF. O exército sírio também foi apoiado por várias milícias xiitas que tiveram suas raízes na guerra do Iraque, como *Asaib Ahl al-Haq*, *Kataib Hezbollah*, as Brigadas do Dia Prometido e a Organização Badr (Lister & Mccants, 2014 *apud* MIRZA et al, 2021).

A violência inicial entre grupos da oposição e as forças armadas estatais se intensificou pelo aparecimento do Exército Sírio Livre e gradual surgimento de outros grupos anti-regime, como o Conselho Nacional Sírio (CNS), a Irmandade Muçumana e o Partido do Movimento Futuro, em que esses atores perseguiram o mesmo objetivo: mudar o regime na Síria e trazer a democracia. Tais atores começaram a ofensiva para se defender e expulsar as forças de segurança estatal de suas áreas, lutando regularmente com a o exército estatal. A dinâmica mudou, todavia, quando grupos *jihadistas* como a Organização para Liberação do Levante (HTS)⁴, antiga Frente *Jabhat al-Nusra* e Estado Islâmico⁵ adentram no conflito e

⁴ A *Hayat Tahrir al-Sham* (HTS) surgiu em 28 de janeiro de 2017 pela fusão do *Jabhat Fatah al-Sham* (JFS) - anteriormente conhecido como *Jabhat al Nusra* (JAN; ou Frente Al-Nusra) - com algumas outras milícias. Abu Muhammad Al Golani começou a Frente Al-Nusra como filiada da *al-Qaeda* na Síria, e afirmar fornecer apoio - *nusra* - para "muçulmanos oprimidos na Síria" (MAREI, 2020).

⁵ Também conhecido pelas siglas EI, ISIL ou *Daesh*, em árabe, o ISIS advém do grupo al-Qaeda no Iraque (al-Qaeda in Iraq - AQI). Em decorrência de diferenças estratégicas e ideológicas entre Abu Musab al-Zarqawi, líder da AQI, e a célula central da al-Qaeda (al-Qaeda Central- AQC), os grupos separaram-se e o AQI passou a adotar o nome Estado Islâmico do Iraque (ISI) em 2006 (TUCKER, 2014).

capturaram várias partes do país para constituírem seus respectivos planos de criação de um aparelho estatal próprio, intensificando as disputas armadas (AHMED, 2021).

Os curdos sírios, constituído por diversas organizações, inicialmente não se posicionaram nem do lado da oposição e nem no lado do regime, pois os vários atores políticos curdos reagiram de forma diferente aos protestos iniciais e, posteriormente, ao aprofundamento do conflito. A organização da primeira manifestação contra o regime nas áreas curdas sírias, por exemplo, não partiu de um partido curdo sírio, mas de jovens que se organizaram em pequenos *Tansiqiya* (comitê coordenador, em árabe). Enquanto a participação de curdos nos protestos foi relativamente forte desde o início em Amûdê⁶ por exemplo, contando com o apoio dos partidos do Movimento Futuro (*Komîta Tensîqê*), em outras cidades a presença de pessoas da etnia permaneceu fraca. Os outros partidos curdos pareciam estar “esperando para ver” o que ocorreria e não participaram das manifestações da primavera de 2011. De acordo com Schmidinger (2018), quando o CNS se constituiu como a organização guarda-chuva da oposição síria em 2011, o único partido que participou foi o Movimento Futuro Curdo. Outro exemplo da não unidade curda é a criação da Coordenação Nacional para as Forças de Mudança Democrática (NCC) pelo PYD, incluindo outros 12 partidos menores. Já na esfera do conflito armado, NCC negociou com o regime com o objetivo de buscar uma mudança por meio de protestos não violentos, e por essa postura foi duramente criticado por outros grupos curdos de oposição, que o acusaram de ser uma organização de fachada do regime. O NCC, por sua vez, acusou as outras alianças da oposição de mergulhar o país na guerra civil e se tornar dependente da Turquia ou de outros fornecedores estrangeiros de fundos (SCHMIDINGER, 2018).

Ainda, a Síria se tornou um campo de batalha para várias potências regionais e globais, pois deixou de ser um conflito interno e logo se transformou em um conflito internacional de grande escala, onde vários países⁷ forneceram apoio político, financeiro e militar a diversos grupos de oposição na Síria. As apostas internacionais envolvidas não apenas mudaram a natureza do conflito, mas também a forma de mediação, provocando diversos impasses nos processos que visavam alcançar uma resolução.

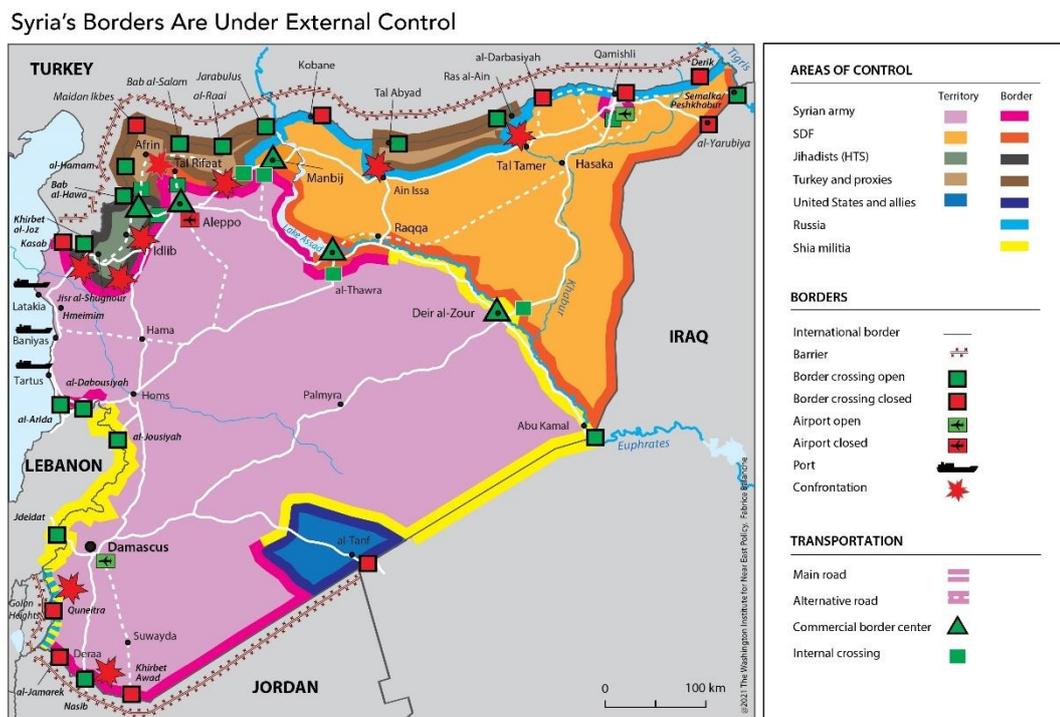
De março de 2011 ao início de 2019, mais de 560.000 pessoas foram mortas, sendo 230.000 civis; 5,7 milhões de sírios deixaram o país e 6,1 milhões de pessoas tiveram que se

⁶ Cidade síria de maioria curda

⁷ Podemos citar Estados Unidos, Reino Unido, França, Catar, Arábia Saudita, Turquia, Jordânia, Israel, etc. como Estados que se envolveram ativamente no apoio à oposição síria (IRO 2016 *apud* AHMED, 2021).

deslocar internamente (KADIOĞLU, 2020). Atualmente, as forças de Bashar al-Assad controlam dois terços do território sírio, incluindo suas seis principais cidades⁸, demonstrando uma reviravolta do cenário de 2013, em que apenas um quinto da Síria era controlada pelo governo. Isso não significa que o vencedor do conflito foi o regime: os desdobramentos de uma década de conflito entre forças estatais sírias, atores subnacionais e potências globais e regionais prejudicaram a ordem política estatal, provocando como consequência o cerceamento do controle estatal sobre todo território e fronteiras. Apenas 15% destas estão nas mãos do regime; o restante se encontra dividido entre atores estatais e não estatais domésticos e estrangeiros (BALANCHE, 2021; FIGUEIREDO, 2021).

Figura 3 - Controle das fronteiras internacionais da Síria



Fonte: BALANCHE, 2021.

Como observado pela figura 2, ao norte, vários atores possuem controle de partes da divisa territorial. Uma porção é controlada pelas forças curdas sírias, que estabeleceram sua administração autônoma e outra pela Turquia, que se fez presente no controle fronteiro desde 2013, com a construção de um muro ao longo da divisa turco—síria a partir da área de Qamishli, reduto curdo sírio. Em outubro de 2019, os turcos lançaram uma ofensiva

⁸ Damasco, Aleppo, Homs, Hama, Latakia, Tartus, Deraa e Deir al-Zour.

transfronteiriça no norte, estimulando as forças estadunidenses se retirarem da maior parte do território controlado pelos curdos. No mesmo mês, a Rússia assumiu o controle das zonas de contato entre os curdos e a Turquia através de um acordo de cessar-fogo concluído em Sochi, implantando patrulhas russo-turcas nessas linhas de contato para garantir a não presença curda. Desde então, as patrulhas russas se voltaram mais para o leste, tentando estabelecer um posto em al-Malikiyah (Derik em curdo) e assumir o controle da travessia curda-síria com o Iraque em Semalka/Peshkhabur. A única parte da fronteira norte sob o controle de Assad é a passagem de Kasab ao norte de Latakia, e mesmo ela está fechada no lado turco desde 2012. É importante destacar que o controle dos céus e águas sírias também é exercido por outros atores. As zonas marítimas são monitoradas por forças da base russa em Tartus, e a maior parte de seu espaço aéreo é controlada pela base russa em Hmeimim. Por sua vez, os Estados Unidos mantêm um corredor aéreo entre o rio Khabur e a fronteira iraquiana, onde estão localizadas suas últimas tropas terrestres (BALANCHE, 2021).

Percebe-se que a dinâmica estatal síria é complexa, e como resultado da crise humanitária do país, da desintegração da autoridade política e manipulação dos serviços públicos como ferramentas de guerra, o país é entendido por muitos teóricos como um Estado frágil ou falido, resultado do vácuo de poder que permitiu a entrada de diversos atores no corpo político (KHALAF, 2015). Porém, a pesquisa percebe como mais acertado o conceito de “Áreas de Estado Limitado” para compreensão sobre tal “vácuo” e o crescente número de unidades políticas conflitantes, principalmente as curdas sírias responsáveis pela criação de Rojava, foco da presente análise. Desse modo, prossigamos para compreensão sobre tal conceito.

3.2.1 Estados Falhos versus Áreas de Estado Limitado: compreendendo o Estado sírio

Pela visão de que o Estado tem a função de proporcionar o bem-estar e segurança aos seus cidadãos, aqueles que não fornecem o padrão mínimo desses fatores são considerados como “fracos”, “frágeis” ou com “desempenho ruim” (Torres e Anderson, 2004: 5 *apud* KOOLAE et al, 2020). Nessa ótica, o Estado Sírio no contexto de guerra foi visto como incapaz de prestar serviços aos cidadãos em diversos setores, além de ter perdido o controle sobre partes de seu território, sua legitimidade e autoridade (KOOLAFE et al., 2020). De acordo com Hinnebusch (2018), a guerra civil e o fracasso do Estado foram paralelos e se reforçaram na Síria, que experimentou um “duplo fracasso do Estado”: primeiro, em um nível

material, houve a perda do monopólio da violência e do controle territorial do Estado para movimentos armados não-estatais, e segundo, em um nível ideacional, ocorreu um encolhimento das identificações inclusivas ligadas ao Estado e um aumento na disseminação de narrativas sectárias.

Sabe-se que a literatura produzida para definir e classificar os fenômenos de fragilidade, falha e colapso estatal concebe uma miríade de critérios de definição, agrupando as patologias de Estados considerados como “problemáticos” em busca de caracterizar e remediar tais problemas. A preocupação com a fraqueza estatal aparece em documentos de estratégia de segurança nacional, na área de Segurança e Defesa da comunidade acadêmica e em grandes esforços de conscientização pública, como o Índice de Estados Falidos (*Failed State Index*), produzido pela revista *Foreign Policy* e pelo *Fund for Peace* (2014). O princípio central nas discussões sobre a fragilidade estatal é que quando os Estados são fracos ou completamente ausentes, pode surgir um vácuo de poder no qual outros atores – principalmente não-estatais violentos - exercerão sua própria autoridade, e termos como “vácuos de governança”, “espaços não governados” ou “áreas sem lei” são comumente utilizados como indicativos desse aspecto (IDLER, FOREST, 2015).

Entendidos como um grupo heterogêneo composto não apenas por atores armados, mas também por grupos que buscam suas próprias agendas que não contradizem as metas e objetivos dos governos nem se alinham diretamente com eles (ALIYEV, 2017), os atores não-estatais violentos (ANEVs) são encarados como ameaças ao Estado. Tidos como causadores de conflitos violentos, desestabilizadores de regimes e agentes que dificultam a resolução de guerras e restauração da paz e estabilidade, principalmente em nações em que a legitimidade das instituições e do governo está abalada (DAVIS, 2009), atuam como *spoilers* com o potencial de minar completamente os processos de construção do Estado pós-conflito (SCHNECKENER, 2009). A tais papéis, somam-se sua capacidade de causar danos aos Direitos Humanos, à segurança pública e ao desenvolvimento social e econômico a sociedade. Nessa linha, os ANEVs representam um desafio direto ao projeto Westfaliano de Estados soberanos, detentores do monopólio legal e prático do uso legítimo da força dentro de um território delimitado (KRAUSE, MILLIKEN, 2009; WILLIAMS, 2008), agindo de acordo com regras diferentes das formais dos governos estatais.

Contudo, não são atores de dinâmicas lineares, podendo agir também em situação não conflituosa e possuir motivações que não estão ligadas à derrubada de Estados ou mudança de regimes, tornando fundamental outras perspectivas para os compreender. Tais papéis são atribuídos a partir de uma ótica centrada na entidade estatal, na qual todos os outros agentes

giram em torno (ALSTON, 2005). Destarte, questiona-se sob quais condições esses grupos podem servir como “atores de governança” dispostos e aptos a fornecer serviços básicos para segmentos maiores da população civil, com o intuito de ampliar nossa visão sobre as possibilidades atuação e caracterização dos ANEVs. Com isso, surge a questão de saber se os grupos violentos e seus líderes também têm o potencial de servir como estabilizadores e “parte da solução” nos processos de construção do Estado e da paz, já que as funções que porventura fornecem podem funcionar como equivalentes “funcionais” para as atividades regulares do Estado (SCHNECKENER, 2009).

É importante ter essa visão pelo fato de que, grande parte das concepções sobre “fragilidade estatal”, seja na literatura acadêmica, nas bases de dados que “medem” um certo “grau de ser Estado” ou em programas de construção estatal (*statebuilding*) de agências de desenvolvimento e organizações internacionais; entendem o Estado sob uma perspectiva funcional. A *conceituação funcional* sobre o Estado se concentra nas funções que ele deve desempenhar, definindo-o como essencialmente um provedor de serviços – de segurança à saúde, educação e vias e ambientes limpos. Como resultado, essa literatura muitas vezes se envolve em um raciocínio tautológico: os Estados são frágeis porque não atendem às necessidades humanas básicas ou não controlam seu território e por serem frágeis, não conseguem satisfazer as necessidades humanas ou manter o monopólio dos meios de violência (BÖRZEL, RISSE, DRAUDE, 2018).

Para Eghosa Osaghae (2007), por exemplo, o aparato estatal é convencionalmente definido a partir de quatro atributos, sendo o território definido, população, governo e reconhecimento por outros Estados. Espera-se que este seja eficaz em todos os aspectos: estabelecer instituições fortes e eficazes; controlar e defender seu território; ter uma população estável, leal e coesa; exercer poder soberano e legítimo dentro de seu território; possuir os recursos para garantir o bem-estar de seus cidadãos e, finalmente, desfrutar do reconhecimento e respeito de outros Estados do Sistema Internacional como um membro confiável. Em contraste, um Estado frágil pode ser entendido como aquele que não possui o necessário para funcionar eficazmente, em análise que confunde a relação entre Estado e (boa) governança, misturando o conceito de governança com a qualidade de *ser* Estado (BÖRZEL, RISSE, 2016).

Para evitar qualquer ambiguidade que possa surgir de uma análise feita a partir da ótica de Estados falhos e assim melhor analisar o contexto da Síria, a concepção de “Áreas de

Estado Limitado⁹” (AEL) traz como base referencial o conceito de *statehood* adotado por Thomas Risse (2015) - aqui traduzido como *estatalidade* –, intimamente ligado a conceituação weberiana institucional de ordem e estrutura de autoridade com a capacidade de governar e controlar os meios de violência. De forma a melhor explicar a adoção desta noção e sua vantagem analítica perante a ótica de Estados Limitados, é necessário compreendermos sobre a abordagem funcional - inerente aos “Estados falhos” - e abordagem institucional sobre o aparato estatal.

Posto isso, a *conceituação funcional* sobre o Estado se concentra nas funções que ele deve desempenhar, definindo-o como essencialmente um provedor de serviços – de segurança à saúde, educação e vias e ambientes limpos. Como resultado, essa literatura muitas vezes se envolve em um raciocínio tautológico: os Estados são frágeis porque não atendem às necessidades humanas básicas ou não controlam seu território e por serem frágeis, não conseguem satisfazer as necessidades humanas ou manter o monopólio dos meios de violência (BÖRZEL, RISSE, DRAUDE, 2018). Percebe-se, então, que os entendimentos funcionais são analiticamente falhos e devido ao raciocínio tautológico, também levam a maus conselhos de política, uma vez que não temos ideia sobre a cadeia causal se usarmos o mal desempenho como um indicador da fragilidade do Estado e depois argumentarmos que a fragilidade do Estado causa o mal desempenho.

Outro tópico também relacionado é a confusão entre questões de conceituação e problemas de pesquisa: estritamente falando, ao definirmos um Estado por meio das funções que ele desempenha, um Estado inoperante simplesmente não é mais um Estado. Ainda, ao definir o estado de direito (*rule of law*) ou instituições transparentes, responsáveis e inclusivas como funções estatais, cria-se uma imprecisão entre tipos de regime (democracia, autocracia etc.) e o Estado. Como última problemática, a maioria das tipologias têm como referência para definição e classificação um Estado altamente desenvolvido e democrático, o que é normativamente questionável por revelar um parâmetro ocidental e eurocêntrico, como se a condição ou um grau de “ser Estado” significasse ser um Estado liberal ocidental e ter uma economia de mercado (BÖRZEL, RISSE, 2018).

Dadas tais problemáticas, a *conceituação institucional* ajuda na diferenciação entre Estado e estatalidade por enxergar o aparato estatal como um tipo particular de estrutura organizacional. Max Weber forneceu a definição quintessencial, abordada no capítulo

⁹ Em inglês, *Limited Statehood Areas*.

anterior: o Estado constitui uma estrutura de regras que tem a capacidade de governar hierarquicamente por esperar a obediência aos seus comandos, com base no controle e monopólio legítimo do uso da força. Com isso, nota-se que Weber conceituou o Estado como uma estrutura institucionalizada com a capacidade de governar com autoridade e controlar legitimamente os meios de violência; em outras palavras, o Estado típico ideal comanda o que Krasner (1999, p. 4) chama de “soberania doméstica”, ou seja, “a organização formal da autoridade política dentro do Estado e a capacidade das autoridades públicas de exercer controle efetivo dentro das fronteiras de sua própria política”.

Isso não implica, todavia, que os Estados governem hierarquicamente por meio de comando e controle o tempo todo, apenas que a **condição de ser Estado** implica a capacidade de fazê-lo. Quer dizer, saber se o monopólio sobre o uso da força realmente oferece segurança para os cidadãos como um bem público e independentemente de raça, gênero ou parentesco é uma questão empírica; mas investigar se a alegada capacidade existe e é usada para fornecer bens e serviços coletivos nos encaminha para uma problemática de pesquisa. Nesse quadro, estatalidade é relativa à capacidade de governar hierarquicamente, implementar e fazer cumprir as decisões centrais, incluindo a manutenção de um monopólio sobre os meios de violência é (BÖRZEL, RISSE, 2016; (BÖRZEL, RISSE, DRAUDE, 2018).

Observa-se que pensar em termos de Estados “fracassados ou falidos”, ao invés de chamar atenção para uma situação temporária na qual “as coisas não estão indo do jeito que deveriam”, nos conduz a criar uma caixa na qual todos os Estados não performantes são armazenados e vistos como falidos, não importando as características internas, a história, evolução e nem a maneira ele “falhe” em agir como Estado (POLESE, SANTINI, 2018). No caso da Síria, apesar da guerra civil ter provocado uma instabilidade interna, o Estado não faliu, pois continuou no controle de muitas instituições governamentais, na provisão de serviços como educação, mobilidade interna, pagamento de salários aos funcionários públicos, na emissão de documentos oficiais como documentos de identificação, certificados e passaportes e até no controle do aeroporto em Qamishli, cidade localizada no reduto curdo (COLLOMBIER et al., 2018). A soberania doméstica da Síria foi severamente circunscrita, e o país passou a ser constituído por Áreas de Estado Limitado, que correspondem as partes de um país em que a autoridade central não têm capacidade para implementar e fazer cumprir as regras e decisões centrais e/ou em que não controlam os meios de violência (BÖRZEL, RISSE, 2018).

O uso desse conceito permite focar em tais áreas amplia as possibilidades de pesquisa sem atribuir tanto estigma como ocorre com o uso de termos associados ao fracasso ou

falência. Por ter a estatalidade como referência, o Estado é colocado como objeto mediante o qual os fenômenos na política global devem ser compreendidos e medidos (SJOBERG, BARKIN, 2018), permitindo uma análise que nos ajuda a entender o que acontece quando um Estado perde o controle sobre partes de seu território em áreas políticas-chave, bem como quando compete por influência com outras forças externas ou subnacionais, criando novas arquiteturas de segurança complexas e várias formas de ordens políticas híbridas (POLISE, SANTINI, 2018). Destarte, embora busque evitar a associação anarquia-fora/governo-dentro do modelo de Estado, presentes nas teorias Realista e Liberal das Relações Internacionais, a literatura sobre AEL

ainda deixa o Estado como o autor padrão do governo, ator na governança, reivindicador de autoridade e distribuidora de mercadorias. Em certo sentido, então, a governança na literatura de AEL fica entre as ontologias centradas no Estado da teorização tradicional de RI e as abordagens críticas que criticam e rejeitam esse estadocentrismo (Wyn Jones, 1999 *apud* SJOBERG, BARKIN, 2018).

Nesse quadro, a capacidade de estabelecer e fazer cumprir regras ou controlar os meios de violência pode ser limitada em várias dimensões: 1) territorial - em partes dos espaços territoriais de um país; 2) setorial - no que diz respeito a áreas políticas específicas; 3) social - em relação a parcelas específicas da população; e 4) temporal. O oposto de um “Área de Estado Limitado” não é “ilimitado”, mas sim “consolidado”, correspondendo as áreas em que o Estado goza do monopólio sobre os meios de violência e/ou a capacidade de tomar e fazer cumprir as decisões centrais a maior parte do tempo. No outro extremo, os “Estados falidos” seriam aqueles onde Áreas de Estado Limitado cobrem todo o território, a maioria da população na maioria das áreas políticas na maior parte do tempo (BÖRZEL, RISSE, 2018). Como exemplo, o Estado brasileiro não é considerado como frágil ou falho, mas as autoridades estatais não conseguem fazer cumprir as leis em muitas favelas do Rio de Janeiro ou em vastas áreas na Amazônia. Exemplos setoriais incluem legislações para questões como meio ambiente, escolaridade e seguridade social em muitos países em desenvolvimento que nunca são implementados, ou a incapacidade de coletar impostos em alguns países mais desenvolvidos.

É importante destacar que Áreas de Estado Limitado não são “ingovernáveis”, “desgovernadas” ou anárquicas: atores, sejam estatais ou não estatais, armados ou não, nacionais ou internacionais, proveem governança pela criação de regras e fornecimento de bens coletivos (RISSE, 2012). Ressalta-se que governança não é sinônimo de governo, mesmo que ambos impliquem um comportamento intencional de atividades orientadas a

objetivos e a sistemas de regras; o governo sugere atividades respaldadas pela autoridade formal, por poderes que policiam de forma a assegurar a implementação de políticas devidamente constituídas, enquanto que governança se refere a atividades respaldadas por objetivos compartilhados que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas, não necessariamente dependentes de um policiamento para obter o cumprimento (ROSENAU, 1992).

Como um fenômeno que abrange instituições governamentais, mecanismos informais e não governamentais, por governança entende-se os vários modos institucionalizados de coordenação social para produzir e implementar regras coletivamente vinculativas ou fornecer bens coletivos (BÖRZEL; RISSE, 2010; RISSE, 2012). Esta consiste em uma estrutura – institucionalizada - e um processo – formas de coordenação social -, que pode ser direcionado pelo Estado (*governance by government*), por redes cooperativas de atores públicos e privados (*governance with government*) ou por atores não-estatais ou a autorregulação pela sociedade civil (*governance without government*) (ROSENAU, 1992; ZÜRN, 1998; RISSE, 2012). Assim, governança se refere a atividades respaldadas por objetivos compartilhados que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas, que não dependem necessariamente de uma autoridade formal baseada em forças policiais para superar resistências e obter *compliance*. Em comparação com governos, por exemplo, a governança é um sistema de regras que funciona apenas se for aceito pela maioria – ou pelos mais poderosos -, ao passo que os governos podem funcionar mesmo com forte oposição política (ROSENAU, 1992).

3.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Observa-se que como reação aos processos de consolidação estatal dos países nos quais a população curda pode ser encontrada, os movimentos nacionalistas curdos impulsionaram as reivindicações por território e soberania dos líderes curdos. A luta pela autonomia e independência na forma de Estado – o Curdistão – acabou por competir com os projetos nacionalistas dos territórios recém-criados, que perceberam os movimentos curdos como uma ameaça. Percebe-se que na Turquia e Iraque, os nacionalismos da etnia em meio aos partidos PKK, KDP e PUK, apesar de não serem idênticos, tinham como ponto em comum a independência em forma de aparato estatal, e influenciaram o nacionalismo curdo na Síria de formas distintas a partir das dinâmicas que se envolviam.

Ainda, dado o panorama sobre o contexto da guerra na Síria, distinções binárias de Estados como “fortes” ou “falhos” mascaram características importantes da estatalidade da Síria no conflito civil, como a fluidez, hibridismo e complexidade nas estruturas e dinâmicas de governança coexistentes, não nos permitindo compreender com precisão a constituição da Modernidade Democrática nesse âmbito. Pela ótica de Estados falhos, a Síria é enrijecida em uma condição que justifica sua falha ou colapso pelo não cumprimento de suas funções, encaixando o aparato estatal na posição de provedor de serviços. Nisso, a constituição do autogoverno de Rojava, que coloca em prática a proposta de governança da Modernidade Democrática, serve de "atestado" para a falha estatal, ao mesmo tempo que tal falha foi quem possibilitou o estabelecimento do autogoverno curdo. Essa lógica tautológica não oferece uma explicação suficiente.

Através da perspectiva de Áreas de Estado Limitado, que possibilita uma análise sobre a limitação do controle estatal ante partes de seu território, é possível compreender que o cenário de guerra civil permitiu que diversas formas de governança não-estatais coexistissem heterarquicamente, com jurisdições fragmentadas e sobrepostas, em um ambiente tipicamente hobbesiano no qual a soberania estatal foi contestada por meio do equilíbrio da violência entre atores internacionais, estatais e subestatais. Nesse quadro, a formação do autogoverno de Rojava foi possível graças a perda temporária do controle estatal sobre os territórios ao norte da Síria, resultado da competição por influência com outras forças externas ou subnacionais, que propiciou a abertura necessária para a entrada das forças curdas sírias e a implantação da nova arquitetura de governança confederalista democrática. Com isso, a governança curda coexistiu com/em meio a governança estatal síria, pois o Estado não deixou de existir e nem de cumprir suas funções.

4 NOVO CAPÍTULO DA QUESTÃO CURDA: O AUTOGOVERNO DE ROJAVA

Ao longo do trabalho, discutimos no capítulo 1 sobre a proposta de Öcalan, delineando sobre o objeto que ele busca superar, as implicações que devem ser consideradas para superação do Estado e as características do projeto teórico da Modernidade Democrática, que fundamenta o autogoverno de Rojava. Em seguida, conhecemos o contexto histórico que circunda o objeto da presente pesquisa, abordando sobre a questão curda e a guerra na Síria, cenário contemporâneo no qual a governança curda se constituiu. Após tais aspectos, no presente capítulo entenderemos com maior profundidade a constituição do autogoverno curdo em Rojava.

Os curdos da Síria, como força local não-estatal, não eram visíveis para a comunidade internacional até o levante sírio de 2011 (YESILTAS, 2020), já que a erupção da guerra civil lhes deu a abertura que faltava para que amplamente criassem suas próprias estruturas administrativas. Porém, antes mesmo da guerra civil síria, o Partido da União Democrática (PYD) já havia dado os primeiros passos em direção à auto-organização confederalista democrática com a criação de um Comitê Central de Coordenação (CCC) em 2007, órgão de governança composto por departamentos políticos, juvenis, culturais e da mulher. O CCC coordenou o trabalho de comitês populares locais (CPL) de governança (GUNTER, 2014), colocando cada CPL no comando de atividades específicas nas áreas povoadas por curdos (INTERNATIONAL CRISES GROUP, 2013). Em relação às mulheres, as curdas sírias pela primeira vez constituíram um âmbito de organização própria sob o domínio do regime Ba'ath, formando em 2006 o Yêkitiya Star (*Star Union*), em que seus comitês e sindicatos operaram clandestinamente nas cidades e vilas da região norte.

Nos meses seguintes ao início do conflito, a construção de conselhos multiétnicos, tribunais, forças de segurança, unidades militares, organizações de mulheres e cooperativas econômicas se espalhou por toda Rojava (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016). Como mecanismo de força de proteção, o PYD estabeleceu as Unidades de Autodefesa Popular (YXG), e a nível nacional sírio, fundou em setembro de 2011 o Comitê Nacional de Coordenação das Forças para a Mudança Democrática (NCC), se distanciando do eixo de influência de Masud Barzani, que no mesmo ano criou o Conselho Nacional Curdo¹⁰ (KNC), composto por partidos que saíram do histórico KDPS. O NCC, que além do PYD, compreendeu 12 partidos menores de esquerda árabe e siro-aramaico da oposição, negociou com o regime de Bashar al-Assad e tentou trazer mudanças por meios não violentos. Nenhuma negociação levou a mudanças sistêmicas e o Comitê perdeu sua importância fora de Rojava no ano seguinte por causa da militarização do conflito (SCHMIDINGER, 2018).

Em dezembro de 2011, cerca de trezentos delegados de Rojava e outras partes organizadas da Síria se reuniram para estabelecer o Conselho Popular do Curdistão Ocidental (MGRK¹¹), e 33 pessoas foram eleitas para constituir uma associação civil chamada de Movimento da Sociedade Democrática (TEV-DEM¹²). Com a proposta de ser aberto a todos

¹⁰ O KNC (*Kurdish National Council*) também é conhecido como ENKS (*Encûmena Niştimanî ya Kurdî li Sûriyê*).

¹¹ O MGRK (*Meclîsa Gela Rojavayê Kurdistan*) também é conhecido pela sigla PCWK (*People's Council of West Kurdistan*).

¹² *Tevgera Civaka Demokratik*.

os povos e partidos democráticos, sem nenhum partido ou ideologia rígida como dominante, o MGRK convidou diversos partidos, grupos e indivíduos a se juntarem ao Conselho e ao TEV-DEM. Apesar dos órgãos criados não estarem em posição de organizar toda a vida social e econômica dos bairros curdos de Rojava, a população local cada vez mais se voltava para eles em busca de soluções. Mesmo com o Estado ainda presente, o MGRK gradualmente assumiu tarefas que aquele não desempenhava ou não desempenhava adequadamente, estabelecendo-se como uma alternativa viável em especial para questões referentes à justiça, infraestrutura e segurança (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016; GENTILE, 2020).

Ainda, a segurança foi justamente o fator que aumentou a visibilidade da frente curda do PYD no contexto sírio e mundial, graças as ações das forças militares do YPG, YPJ, SDF e Asayish. Em julho de 2012 o YXG – no dia em que as forças do regime se retiraram da cidade de Kobane - anunciou a mudança do seu nome para Unidades de Proteção Popular (YPG¹³) e com o crescente número de mulheres nas unidades, elas começaram a constituir batalhões independentes e criaram a Unidades de Proteção Feminina (YPJ¹⁴) em 2013. O *Asayish* se formou nas áreas de maioria curda, em meio ao MGRK, iniciando suas operações a partir da retirada das tropas do regime em 2012. Em 22 de outubro de 2012 formam sua primeira turma e em 24 de julho do ano seguinte anunciam oficialmente a sua formação (RASHID, 2015). Como resultado de uma aliança militar entre atores não-estatais predominantemente curdos, mas também árabes, turcomanas e assírias/sírias, as Forças Democráticas Sírias (SDF¹⁵) foram fundadas em 2015 (YESILTAS, 2020). O YPG/YPJ dominou – e domina - amplamente o SDF, constituindo mais de 90% dos combatentes totais até março de 2017, quando correspondia a 40% das tropas, em comparação com os outros 60%, dividido entre grupos árabes (DRYAZ, 2020).

Nesse quadro, a busca por autonomia curda síria iniciou em 2012, com o controle das cidades de al-Hasakah, al-Qamishli, Kobane e Afrin. As forças do regime demonstraram pouca resistência e o governo retirou a maior parte de suas tropas do norte do país. Com a intensificação da guerra e a luta se aproximando de Rojava, as circunstâncias demandavam uma unidade política curda. No verão de 2012, o MGRK e o KNC, os dois blocos políticos mais influentes na região curda da Síria, se reuniram em Hewlêr (em árabe, Erbil), sob os auspícios do presidente do Governo Regional do Curdistão Massoud Barzanî (também chefe

¹³ *Yekîneyên Parastina Gel.*

¹⁴ *Yekîneyên Parastina Jinê*

¹⁵ *Syrian Democratic Forces.*

do KDP), para fechar um acordo. Cada lado tinha suas próprias razões para buscar uma resolução: o MGRK queria impedir uma divisão curda que culminassem em ataques intra-curdos, ao passo que o KNC, vendo que os desenvolvimentos políticos desde 2011 erodiram cada vez mais seu poder em Rojava, queria interromper esse processo e reconquistar sua influência perdida. Mediados por seu anfitrião, em julho de 2012 os blocos assinaram o Acordo de Hewlê¹⁶, que estipulou o compartilhamento de poder entre os dois grupos (MGRK e KNC) durante uma fase de transição e, para esse fim, estabeleceu o Comitê Supremo Curdo (SKC¹⁷), que seria a autoridade máxima em Rojava, composto por dez membros - cinco do MGRK e cinco do KNC (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

A criação do SKC foi um passo importante para superar as suspeitas mútuas entre os dois grupos, porém não as eliminou. O MGRK, que deveria ser uma aliança composta por uma diversidade de visões sobre os curdos, de fato compreendia apenas organizações conectadas ao PYD. Na prática, tal aliança funciona como uma organização guarda-chuva do partido curdo, e na mesma linha, o TEV-DEM, que deveria representar funciona como órgão coordenador do MGRK, composto por representantes todas as pessoas, grupos e partidos democráticos que participam do conselho, funciona mais como órgão coordenador do MGRK (SCHMIDINGER, 2018; (GENTILE, 2020).

Além disso, o poderio armado e forte apoio entre os curdos sírios para com o PYD e seus braços armados fez com que ele dominasse a cena política e militar da região, em contraste com a fragmentada coalizão do KNC. As duas organizações competiam pela mesma base de apoio e recursos locais, refletindo a configuração PKK *versus* KDP/PUK que permeia as disputas intra-curdas na Síria. Sob os termos do acordo de que estabeleceu o SKC, o PYD deveria abrir mão de seu monopólio sobre as forças armadas e cooperar na formação de um Comitê Conjunto de Segurança, composto por cinco membros do PYD e cinco do KNC, bem como uma força conjunta que incorporaria os combatentes curdos sírios treinados pelo YPG e pelo KDP. Demonstrando sua relutância em partilhar o poder, o YPG impediu que os combatentes treinados pelo outro partido entrassem na Síria a partir de seus campos de treinamento no norte do Iraque, (INTERNATIONAL CRISES GROUP, 2013) e em 2013 o SKC foi dissolvido.

¹⁶ Também conhecido como Declaração de Erbil (*Erbil Declaration*).

¹⁷ *Supreme Kurdish Committee*.

4.1 ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA E REGIÕES AUTÔNOMAS DEMOCRÁTICAS (2013-2015)

Ao longo de 2013, os braços militares do PYD foram bem-sucedidos em afastar combatentes *jihadistas* dos territórios curdos e expandir os limites fronteiriços de Rojava. A defesa bem-sucedida da cidade de Kobane contra o ISIS entre 2014 e 2015 demonstrou a importância militar dos curdos, que empreenderam novas campanhas militares pelo norte da Síria e conseguiram tomar uma série de cidades. Esse sucesso militar permitiu que os cantões Kobane e Jazira fossem unificados fisicamente, criando uma faixa contínua de território controlado pelo PYD (NASSER; ROBERTO, 2019). Com esses ganhos, um sistema administrativo descentralizado provisório foi estabelecido pelo PYD e TEV-DEM, com a divisão do território em três cantões e a autonomia dos territórios foi oficialmente proclamada. Assim, a Administração Autônoma Democrática (DAA) e as Regiões Autônomas Democráticas de Jazira, Kobane e Afrîn foram estabelecidas através de uma Carta de Contrato Social – análoga a uma constituição - redigida de acordo com os princípios da Modernidade Democrática de Öcalan.

Figura 5 - Controle territorial sírio (2014)

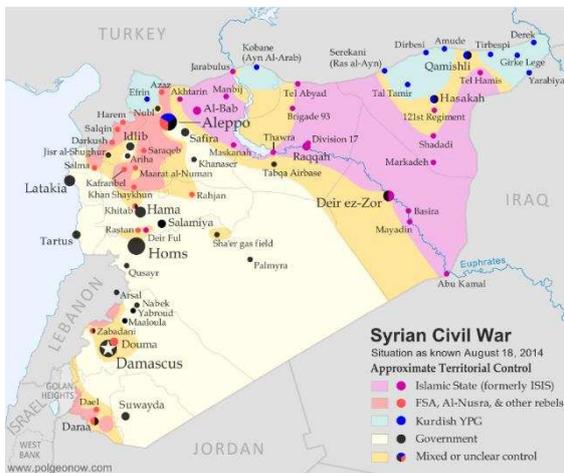
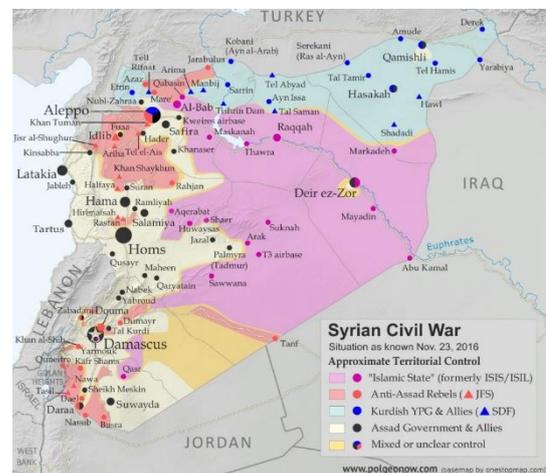


Figura 4 – Controle territorial sírio (2016)



Fonte: POLITICAL GEOGRAPHY NOW, 2014, 2016.

De acordo com a Carta, as Regiões Autônomas são tidas como partes integrante do território sírio, e a estrutura de governança da DAA nas regiões autônomas seria composta por uma Assembleia Legislativa, Conselhos Executivos, uma Comissão Eleitoral Superior, um Tribunal Constitucional Supremo e Conselhos Municipais/Provinciais (artigo 4). A proposta é

encarada como um modelo para um futuro sistema descentralizado de governança federal na Síria (artigo 12), implantando a comuna como o nível mais importante do sistema. O artigo 15 estabelece o YPG como única força militar dos três cantões, com o mandato de proteger e defender a segurança das Regiões Autônomas e seus povos contra ameaças internas e externas, ao passo que as forças *Asayish* são as encarregadas de funções de policiamento civil (CHARTER OF THE SOCIAL CONTRACT, 2014).

A criação da Carta e do nível cantonal foi uma resposta a falta de legitimidade: o MGRK precisava de apoio local e reconhecimento internacional e, portanto, conceber uma solução política que pudesse ser compreendida e favorecida por atores para além de Rojava era importante. Um parlamento, com conselho legislativo e executivo, se mostrou uma escolha mais tradicional. Além disso, a administração deveria incluir o maior número possível de pessoas e partidos para que perseguissem o objetivo de autonomia democrática e a Carta foi negociada e adotada por cinquenta atores, entre partidos e várias organizações – com exceção do KNC. Ainda, três idiomas foram declarados como oficiais dos cantões¹⁸, com a possibilidade de adotar outros conforme a necessidade, em nível local ou cantonal, não colocando a população e língua curda em posição de destaque (GENTILE, 2020).

A Carta reserva especial atenção à emancipação da mulher como instrumento de emancipação da sociedade. Os artigos 27 e 28 são reservados ao estabelecimento da igualdade entre mulheres e homens e o direito das mulheres de participar da vida social, econômica, cultural e política. Os artigos 47, 65 e 87 estabelecem um quórum de quarenta por cento para presença mínima de cada gênero em todas as instituições (CHARTER OF THE SOCIAL CONTRACT, 2014). Além disso, esforços foram feitos para reduzir os casos de casamento de menores, poligamia e crimes de honra, violência e discriminação por meio de legislação que proíbe essas práticas e um novo sistema de justiça, que está entre as maiores conquistas do projeto de autogoverno.

É importante destacar que à medida que se intensificou a entrada da Administração Autônoma nas áreas rurais dos cantões em zonas de maioria árabe, a necessidade de explicitar a pluralidade étnica do movimento e descentralizá-lo da face curda – principalmente curda síria - aumentou. O projeto prático da Autonomia Democrática, constitucionalizado na Carta de Contrato social, reconhece o mosaico étnico que forma a população tanto da Síria quanto dos cantões em Rojava, e instituiu como princípio condutor da DAA o respeito a diversidade

¹⁸ Árabe, aramaico e curdo em Jazira e árabe e curdo em Afrin e Kobane (GENTILE, 2020).

dos povos das regiões autônomas. Entretanto, o que proporcionou visibilidade e legitimidade internacional para o projeto político implantado foi justamente a atuação das forças políticas e militares curdas sírias do PYD, ou seja, a “curdidade” inerente ao movimento que segue a proposta de Öcalan.

Em 2015, a vitória do YPG contra o ISIS na cidade curda de Kobane consolidou o status autônomo do autogoverno (YESILTAS, 2020). Nesse quadro, a criação das SDF e do seu braço político Conselho Democrático Sírio¹⁹ (SDC²⁰) no mesmo ano teve o intuito de dissociar a frente curdo síria do projeto em Rojava, compondo uma coalizão militar formada pelo YPG/YPJ e por grupos militares²¹ constituídos por árabes, assírios e turcomenos (RASHID, 2015). Na luta contra o ISIS, as SDF receberam apoio da Coalizão Global para Derrotar o Daesh e ajuda militar dos Estados Unidos, que as consideraram suas maiores aliadas. Tal fato, além de sinalizar um reconhecimento de que esse ator não-estatal era representante e defensor legítimo da diversidade étnica que se buscou explicitar, também demonstra sua importância no contexto de guerra devido aos grandes avanços que conseguiu contra o ISIS.

A ajuda fornecida as SDF, entretanto, deixou o governo turco nervoso, preocupado com o fato de os militares estadunidenses, ao fornecerem armas ao SDF também estarem fortalecendo ao YPG/YPJ, que possuem laços com o PKK, considerado como uma organização terrorista pelo presidente turco Recep Tayyip Erdogan dada décadas de insurgências na Turquia em nome da independência curda. Os Estados Unidos esperavam que a composição da SDF, dominado pelo YPG/YPJ²², mas que também incluía grupos árabes e de outras etnias, aliviasse as preocupações turcas. No entanto, essa estratégia era inerentemente falha, visto que era mais um exercício de *rebranding* do que uma mudança de ideologia e os 30% do território sírio controlados pelo SDF também significaram territórios controlados pelo YPG/YPJ e, assim do PYD (WILGENBURG, 2020). Em 2017 o general Raymond Thomas, líder do Comando de Operações Especiais dos EUA na época, descreveu como o SDF recebeu esse nome:

os militares dos EUA, observando a hostilidade da Turquia ao YPG, foram até a milícia curda e disseram: “Você precisa mudar sua marca. Como você quer se

¹⁹ Em Curmângi, *Meclisa Sûriya Demokratîk*.

²⁰ *Syrian Democratic Council*.

²¹ Além do YPG e YPJ, os grupos signatários do documento de fundação do SDF são Forças al-Sanadid (árabes), Conselho Militar Síriaco (assírios), Liwa Thuwar al-Raqqa (árabes), coalizão Vulcão de Eufrates (formado pelo YPG e FSA), Jaysh al-Thuwar (árabes, curdos e turcomenos) (RASHID, 2015).

²² O YPG/YPJ continua sendo a força dominante na SDF.

chamar além do YPG?” segundo Thomas. “Com cerca de um dia de antecedência, eles declararam que eram as Forças Democráticas da Síria.” (MELLEN, 2019. tradução nossa).

4.2 FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DO NORTE DA SÍRIA E ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA DO NORTE E LESTE DA SÍRIA (2016-2018)

No início de 2016, cresceu a necessidade de criar um órgão de coordenação abrangente em resposta à expansão dos territórios liberados pela SDF fora dos cantões. Em março do mesmo ano, uma assembleia constituinte formada por componentes das forças políticas, partidos e atores sociais nos cantões de Rojava e nas áreas libertadas das forças *jihadistas* reuniram-se na cidade síria de Rmelan para estabelecer um sistema federal, visto como uma solução para a crise de toda a Síria (GENTILE, 2020). Em 29 de dezembro de 2016 foi anunciada a criação da Federação Democrática do Norte da Síria (FDNS) e aprovado o Contrato Social “atualizado” que, diferente da primeira versão, trouxe um tom mais incisivo contra o Estado-nação ao culpabilizá-lo pelas crises e conflitos que acometeram o Oriente Médio, a Síria e os curdos.

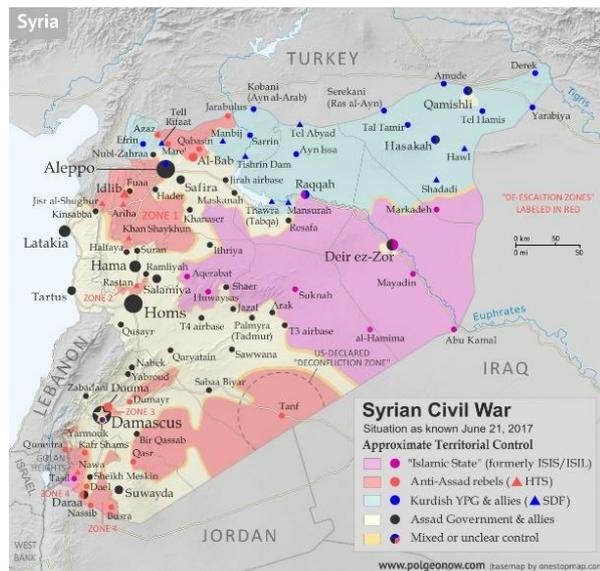
Nós, os povos de Rojava/ norte da Síria, incluindo Curdos, Árabes, Síriacos, Assírios, Turcomanos, Armênios, Chechenos, Circassianos, Muçulmanos, Cristãos, Yezidis e as diferentes doutrinas e seitas, reconhecemos que o estado-nação criou o Curdistão, Mesopotâmia, e a Síria um centro do caos que está acontecendo no Oriente Médio e trouxe problemas, crises graves e agonias para nossos povos (THE SOCIAL CONTRACT OF THE DEMOCRATIC FEDERALISM OF NORTHERN SYRIA, 2016, p. 01, tradução nossa).

É perceptível que a declaração está de acordo com os princípios da Autonomia Democrática de Öcalan ao afirmar o Estado como tirânico e injusto para com os diferentes componentes do povo sírio, tendo levado o país à destruição e fragmentação do tecido social. Para acabar com essa situação, descrita como “caótica”, o sistema federal democrático descentralizado proposto é apresentado como solução ideal para abordar as questões nacionais, sociais e históricas na Síria. Além disso, institui direitos e deveres iguais para todos, defende um sistema ecológico e democrático no qual a legitimidade vem do povo através de eleições livres e democráticas e postula a liberdade das mulheres e seu direito de constituir suas organizações e instituições democráticas de autogoverno (THE SOCIAL CONTRACT OF THE DEMOCRATIC FEDERALISM OF NORTHERN SYRIA, 2016).

A Federação Democrática foi dividida em três regiões com seis cantões: Afrin no oeste, Eufrates no centro e Jazira no leste. A região de Afrin inclui o cantão de Afrin e o

cantão de Shahba; a região do Eufrates consiste no cantão de Kobane, Ain al Issa e Tal Abyad; e a última região, Jazira, incluía Qamishli e Hasakah (ANF NEWS, 2017). As regiões de Manbij, Raqqa e Deir Ezzor, embora áreas mantidas pela SDF, não foram incluídas no sistema, podendo posteriormente ingressar por meio de voto popular ou decisão de seus conselhos (WILGENBURG, 2020).

Figura 6 – Controle territorial sírio (2017)



Fonte: POLITICAL GEOGRAPHY NOW, 2017.

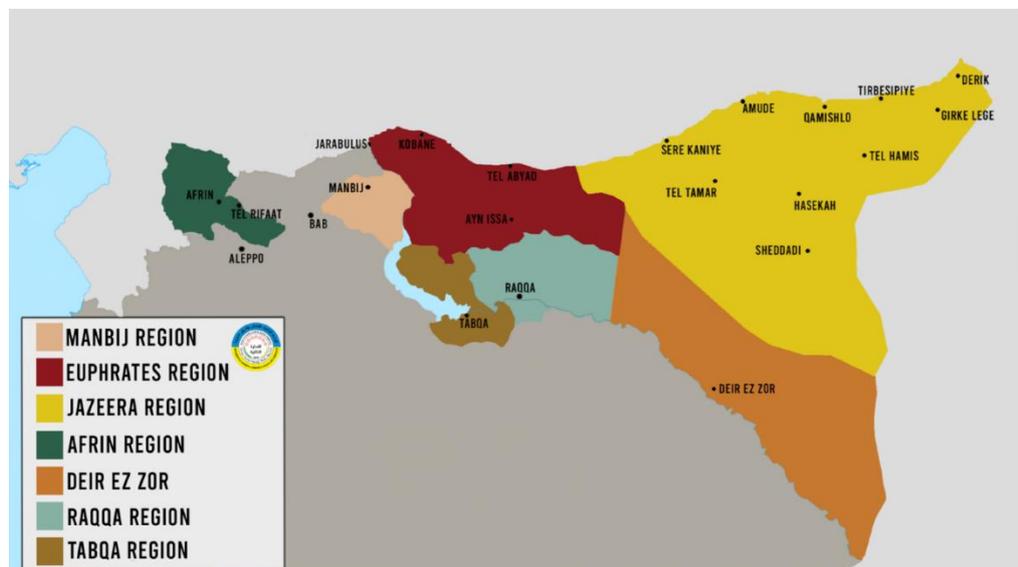
A nova Carta de Contrato Social introduziu como camada adicional à estrutura da DAA conselhos democráticos populares²³, um novo tipo de órgão legislativo de participação presente em diferentes níveis do sistema e composto por membros eleitos de acordo com a lei eleitoral de cada cantão. Com isso, a configuração da estrutura de governança foi modificada, passando a possuir 4 níveis, sendo estes as comunas, conselhos de bairro, conselhos de distrito e conselhos de cantão, que em conjunto formam o sistema do MGRK que se tornou a única autoridade responsável nas áreas liberadas como resultado de todo processo (GENTILE, 2020). Novos aspectos do sistema foram outorgados pela Carta: i) um juramento (artigo 6); ii) todas as instâncias políticas, sociais, administrativas adotam a copresidência (artigo 12); iii) as

²³ Outras nomenclaturas são utilizadas para designar tais conselhos. No Contrato Social de 2016, a denominação utilizada é conferência dos povos democráticos (*democratic peoples' conference*). Já Wilgenburg (2020), por exemplo, nomeia-os de congressos populares (*People's Congress*). No presente trabalho optou-se pela adoção de “conselhos democráticos populares” como nomenclatura para o novo tipo de órgão criado na FDNS.

SDF foram designadas como força de defesa oficial da FDNS (artigo 64); e iv) todos os cidadãos têm o direito e dever de participar da defesa da Federação contra qualquer ataque (artigo 44). Ressalta-se que a adoção das SDF como proteção oficial segue o intuito de diversidade de Rojava, mas também possui o impulso pragmático de garantir o apoio de grupos não curdos (YESILTAS, 2020).

Em julho de 2017, foi tomada a decisão de realizar eleições para determinar a liderança do novo sistema de governo. As eleições das comunas deveriam ser realizadas em 22 de setembro, as municipais e dos cantões em 3 de novembro e as regionais e dos conselhos democráticos populares (i.e., parlamento) seriam realizadas em 19 de janeiro de 2018. No entanto, a FDNS decidiu adiar indefinidamente o terceiro turno das eleições ainda em janeiro por razões técnicas e administrativas²⁴, o que coincidiu com o lançamento de uma invasão turca de Afrin no mesmo mês. De forma a substituir a FDSN e unir toda a administração anteriormente implantada – dessa vez incluindo as regiões de Manbij, Raqqa e Deir Ezzor, como também a de Taqba - sob um único guarda-chuva, em setembro de 2018 foi anunciada a criação da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria²⁵ (*Autonomous Administration of North and East Syria*, AANES), formada por sete regiões (WILGENBURG, 2020).

Figura 7 - Regiões da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria (2018)



Fonte: Syrian Democratic Council, s/d.

²⁴ Os trâmites das eleições anteriores não haviam sido finalizados até o momento das eleições regionais e dos conselhos populares (SHEKHANI, 2018).

²⁵ Em Curmânji, *Rêveberiya Xweser a Bakur û Rojhilatê Sûriyeyê*.

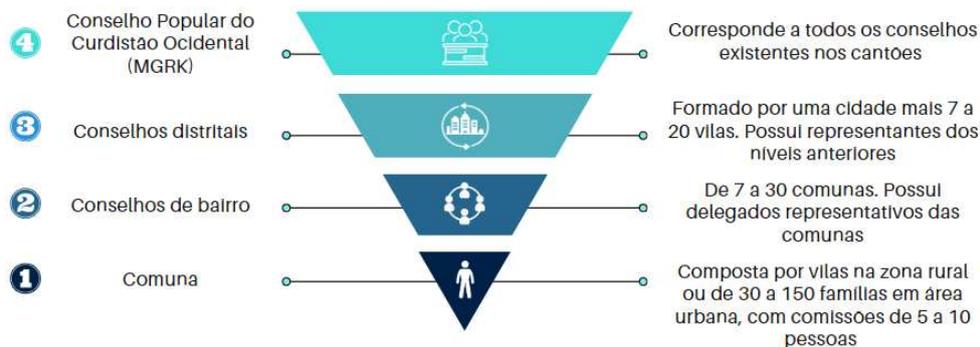
Formado um conselho geral para a AANES, este criou nove órgãos para gestão: Órgão do Interior, Órgão da Educação, Órgão da Administração Local, Órgão da Economia e Agricultura, Órgão das Finanças, Órgão da Cultura e Arte, Órgão da Saúde e Meio Ambiente, Órgão de Assuntos Sociais e Trabalho e o Órgão da Mulher (HAWAR NEWS, 2018). Em 3 de outubro do mesmo ano foi anunciada a criação de mais dez comissões e sete escritórios, que incluem Relações Exteriores, Defesa, Assessoria, Petróleo e Recursos Naturais, Mídia, Religião e Fé e Planejamento e Desenvolvimento. A decisão de chamá-los de escritórios serviu para indicar que os curdos não são separatistas, mas trabalham pela unidade da Síria (WILGENBURG, 2020).

4.2.1 Estrutura do autogoverno

Após compreender os eventos que influenciaram na constituição do autogoverno de Rojava e suas “atualizações”, destrincharemos sua estrutura, elencando os conselhos e organizações institucionais criados com base no Confederalismo Democrático. Isso nos ajudará a compreender como a teoria de Öcalan funciona na prática em Rojava.

Primeiramente, Rojava se organiza em quatro níveis, sendo estes a comuna local, o bairro, o distrito e o cantão. A comuna é geograficamente o nível de menor tamanho, mas é o mais importante, sendo composta por vilas inteiras, na zona rural, e por 30 a 150 família na área urbana. Os conselhos das comunas são formados por comissões com cinco a 10 pessoas, copresididos por um homem e uma mulher. De sete a 30 comunas formam o nível de bairro, em que os conselhos, também copresididos por um homem e uma mulher, encontram-se periodicamente para tomada de decisões. Nesse nível, as comunas são representadas por uma plenária, constituída por delegados escolhidos para mandados imperativos fazer valer as decisões comunais. O distrito, terceiro nível do sistema, engloba uma cidade e de sete a 20 vilas circundantes, e os conselhos distritais seguem a mesma estrutura: são copresididos e possuem delegados que representam os níveis anteriores. Partidos políticos, ONGs e movimentos geralmente participam do sistema político de Rojava nesse nível dado sua abrangência territorial e de representação. Por fim, o maior nível em relação a área territorial é o próprio MGRK, que corresponde a um cantão inteiro. Este é formado por todos os conselhos distritais, e as comissões possuem menos membros que os níveis anteriores (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Figura 8 - Sistema de conselhos *botom-up* de Rojava



Fonte: elaboração própria.

Todas as comissões dividem-se internamente para tratar de oito áreas temáticas: mulher, defesa, economia, política, sociedade civil, sociedade livre, justiça e ideologia. A maior parte da autoadministração ocorre nas comissões formadas a partir desses temas, apesar de faltar comissões temáticas em alguns níveis do sistema de autogoverno, especialmente nos níveis territorialmente menos abrangentes. Importante saber que o sistema de saúde funciona independente desses temas, não há limite para o número de membros das comissões temáticas. Para o propósito da presente pesquisa, destacar-se-á duas áreas – mulher e economia – pois é onde se notou os dois pilares fundamentais proclamados por Öcalan – igualdade entre os gêneros e ecologia – e por perpassarem profundamente todos os níveis do sistema de governo. As demais áreas temáticas estão descritas na tabela 3.

Tabela 3 – Áreas temáticas das comissões do MGRK

ÁREA TEMÁTICA	DESCRIÇÃO
Mulher (<i>jin</i>)	Área de <i>status</i> especial, existem em todos os níveis. Formada pela <i>Kongreya Star</i> . Escolhem a copresidente dos conselhos e criam cooperativas de mulheres.
Defesa (<i>parastin</i>)	Trata da primeira linha de defesa se um bairro for atacado. Inclui as Forças de Defesa da Sociedade (HPC), um comitê de defesa formado após os ataques do ISIS em 2014)
Economia (<i>aborî</i>)	Responsável pela criação de cooperativas para o desenvolvimento econômico das comunas. Coleta doações em todos os níveis e cria renda para manutenção e desenvolvimento do sistema
Política (<i>siyasî</i>)	Tema mais importante nos níveis de distrito e cantão. Inclui todos os partidos políticos
Sociedade civil (<i>civakî</i>)	Organiza cooperativas, grupos ocupacionais e pequenos comerciantes
Sociedade livre (<i>civaka</i>)	Cuida das necessidades das famílias de <i>martis</i> e dos jovens.

<i>azad</i>)	Corresponde ao trabalho das ONGs
Justiça (<i>adalet</i>)	Compreende comissões de paz, base do sistema jurídico. Comissões sobre justiça das mulheres não estão inseridas nessa área
Ideologia (<i>ideoloji</i>)	Atividades de educação. Trata da imprensa, cultura, arte e idioma

Fonte: elaborado com base em KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016.

As comissões sobre as mulheres possuem posição de destaque no sistema por serem organizados em conselhos, que decidem sozinhos as copresidentes das comissões. Também trabalham para criar as cooperativas de mulheres e assegurar a cota de gênero, que institui que 40% dos participantes das outras áreas devem ser mulheres. Fazem parte do *Kongreya Star*, novo nome atribuído em 2016 ao movimento guarda-chuva de mulheres em Rojava, anteriormente chamado de *Yekîtiya Star*. Criado em 2006, o objetivo principal do movimento de mulheres é educar a sociedade politicamente: de acordo com Şirîn Ibrahim Ömer, moradora do bairro de Hilelî na cidade de Qamişlo, muitas mulheres ainda possuem a mentalidade do Estado e não se veem como pessoas que podem funcionar politicamente; possuem muitas crianças, conflitos em casa e muitas casavam muito jovens, ainda na mocidade. De acordo com ela a educação política propagada pelo *Kongreya Star* as fez perceber como podem ter uma vida melhor (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Alguns resultados podem ser observados. As mulheres distribuem dois jornais o *Ronahî*, em árabe e idioma curdo, e o *Dengê Jîyan*, que contém artigos e notícias sobre a história das mulheres. As mulheres propuseram uma lei para o comitê de justiça que resultou na proibição do casamento com criança, casamentos forçados e poligamia. Ainda, as mulheres possuem suas próprias cortes (*mala jinan* e *asayîşa Jin*), que documentam os problemas que ocorrem entre homens e mulheres, gerenciam o diálogo com os homens e, caso não consigam resolver a questão, encaminham para suprema corte o caso. Além disso, o *Kongreya Star* estabeleceu um conselho das mulheres em cada distrito para avançar os interesses das mulheres e promover uma sociedade democrática, livre do gênero e ecológica (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Em relação à economia, Rojava busca funcionar dentro da chamada “economia social”, alternativa distinta do neoliberalismo da modernidade capitalista e do socialismo estatal. Ela visa emancipar a consciência social desses dois modelos para que se possa atingir uma revolução social, estendendo a democracia para economia. Tal feito tem relação com o pilar ecológico pois o Confederalismo Democrático visa implantar uma economia que respeite o meio ambiente, com uma indústria ecológica livre de monopólios e harmônica com a

natureza, diferente dos modelos econômicos supracitados, considerados problemáticos por explorarem a natureza a os indivíduos. Assim, a comissão econômica busca criar condições de vida sustentáveis para a vida da população, sendo responsáveis pela construção, agricultura, produção, abastecimento de gás, óleo e alimentos e pela administração de empresas públicas. Como grande feito, a comissão criou cooperativas para o desenvolvimento econômico ecológico, incentivando a redistribuição e não o acúmulo: antes do autogoverno, 80% da terra em Rojava foi nacionalizada pelo governo e, após a criação do autogoverno, as terras foram socializadas e transformadas nas comunas. Focando na preservação de espécies e mudanças climáticas, o Confederalismo Democrático trouxe conscientização ecológica para Rojava, incentivando, por exemplo, a diversificação da agricultura para sustentabilidade do sistema e da natureza (KNAPP, FLACH, AYBOGA, 2016).

Entretanto, no fim de 2015, com o agravamento do conflito na Síria, os preços de fertilizantes aumentaram, resultando na escolha dos agricultores de cultivar parte se suas terras ou simplesmente não plantar nada. Assim, em 2016 houve uma queda na produção agrícola em Rojava. Como alternativa à falta de fertilizantes, o sistema estabeleceu instalações para produção local de fertilizantes orgânicos utilizando dejetos das cidades e fazendas. Com essa mudança, a economia seria mais autossuficiente e a os produtos agrícolas e o solo tiveram sua qualidade aumentadas. Outros problemas acabam por ofuscar as boas mudanças: apesar de a população ter acesso ao básico para se viver bem, a água em Rojava nem sempre é tratada e adequada para o consumo; os serviços de saneamento básico e eliminação de resíduos não ocorrem da maneira necessária, pois eram ofertados pelo governo que não está mais presente nos cantões curdos; em decorrência do consumo e refinamento de diesel, bem como a produção de petróleo, o ar e solo sofrem com a poluição. De acordo com Knapp, Flach e Ayboga (2016) por causa desses problemas, as pessoas em Rojava canalizam enorme criatividade para superar tais questões e concretizar a economia ecológica que objetivam.

4.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Dado o exposto, é perceptível que o autogoverno de Rojava, como parte da história curda, representa um novo capítulo na contínua luta por autonomia e reconhecimento da existência da etnia curda em resposta ao processo de consolidação dos Estados no Oriente Médio, que negligenciou e oprimiu essa população. Difere dos outros movimentos curdos, entretanto, pois como visto na Turquia e Iraque, os nacionalismos da etnia em meio aos

partidos PKK, KDP e PUK, apesar de não serem idênticos, tinham como ponto em comum a independência em forma de aparato estatal, e Rojava se promulga com o objetivo de não criar um Estado próprio, visto que esse causou enormes danos a vivência curda na região. As várias versões da governança curda, criadas em meio à guerra civil, buscaram concretizar essa alternativa no norte da síria com a adição de novas instancias institucionais na medida em que o movimento se expandia para áreas não curdas.

A estrutura do sistema político e funcionamento das comissões temáticas nos demonstra como a democracia radical de Rojava foi implantada. Percebe-se que a população exerce o poder político de forma direta na comuna, e delegados escolhidos e enviados para os outros níveis transmitem as decisões em consenso para o restante do sistema. Ao delinear sobre as áreas temáticas da mulher e economia, nota-se que as comissões temáticas auxiliam na tomada de decisão por especificar as atribuições de cada comissão e descentralizar as decisões, permitindo que os interessados tratem do tema desejado e contribuam diretamente com o sistema político de onde vivem.

Ainda, as várias mudanças não significam uma transformação do autogoverno, pois problemáticas ainda se fazem presente. As diversas versões do autogoverno não são modificações significativas, visto que o PYD constantemente se fez presente nas posições de liderança, atuando politicamente como partido e pelas entidades MGRK, TEV-DEM, além de militarmente pelas diversas forças curdas militares de defesa. Como o PYD fundou tais organizações e compõe a maioria dos membros, elas funcionam de acordo com os interesses desse partido curdo, ou seja, a ação de cada entidade também significa a ação do PYD. Ainda, percebe-se que pela tamanha presença desse partido, seus interesses e influência se sobressaem em meio a presença de outros agentes políticos, que não conseguem espaço para agir, o que contradiz com a perspectiva aberta as diferentes formações políticas intrínseca ao Confederalismo Democrático de Rojava. Outros partidos e organizações fora da influência do PYD e do eixo com o PKK não tiveram uma longa atuação no autogoverno, mesmo que tenham formado alianças, como é o caso do KDP e o Comitê Supremo Curdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, os elementos aqui apresentados, discutidos e analisados foram fundamentais para responder à pergunta de pesquisa “o modelo de governança do autogoverno de Rojava de fato se configura como alternativa ao Estado?”, e cada capítulo foi construído de forma a trazer as informações cruciais para que se pudesse compreender a

dimensão do objeto de pesquisa, as questões e dinâmicas relacionadas com a temática e a comprovação ou falseamento da hipótese de pesquisa: o modelo de governança da Federação não cumpre o papel de ser alternativa ao Estado por apresentar contradições práticas e debilidades teóricas, sendo resultado dos processos políticos do contexto em que se formou pelo fato de que é uma organização política situada em uma realidade na qual a unidade de governança política de maior influência e legitimidade ser o Estado.

Para compreendermos a teoria de Abdullah Öcalan e a alternativa que propõe, foi primordial entendermos o que ele quer superar, seguindo para o exercício de pensar sobre que alternativas ao Estado poderíamos ter no Sistema Internacional. As propostas teóricas que buscam definir o aparato estatal consideram elementos de partida para suas análises, como discutir a origem e o porquê de seu surgimento, analisando uma determinada época, quais motivos impulsionaram sua criação e determinadas características bem definidas que identificam um Estado. Desse modo, perpassar pelas diversas discussões sobre esse ator do SI demonstrou que ele é complexo, sem uma definição unitária, pois podemos ter um Estado grego, romano, medieval, moderno, a depender da ótica de análise. Com isso, Hedley Bull se configura como uma contribuição importante por conjecturar sobre outras formas de organização e estruturação do mundo além do Estado, pois o autor determina um ponto de partida, a saber, os elementos constituintes do Sistema de Estado que devem ser superados para que haja uma transformação e se supere o aparato estatal.

Tal exercício conjectural demonstrou como é árduo conceber uma proposta alternativa ao Estado. Nesse aspecto, seguir com o trabalho para a compreensão da Modernidade Democrática de Öcalan foi imprescindível porque, ao invés de *conjecturar* uma possibilidade – como fez Bull –, o líder curdo *postula* um modelo político alternativo que visa abranger não só a etnia curda, mas também a região do Oriente Médio. A visão que Öcalan tem sobre o aparato estatal condiz com a perspectiva weberiana sobre o que é o Estado, descrita em seguimento à Modernidade Democrática e, assim como foi essencial entendermos o Estado para pensarmos além dele, compreender qual “tipo” de Estado Öcalan critica nos ajuda a captar melhor a proposta do líder curdo. Analisando a proposta teórica da governança curda em comparação a teorização weberiana sobre o Estado, a Modernidade Democrática possui aspectos teóricos que a enfraquecem como alternativa ao aparato estatal, como a falta de clareza sobre o contexto analisado, a forma como a democracia seria implantada e funcionaria e a visão equivocada e que não reflete a realidade sobre Estado e democracia como entidades de mesma categoria e que são opostas. Ao mergulharmos em sua teorização, fica nítido que na elaboração de seu projeto que sua vivência como líder do PKK e o contexto de luta

nacionalista curda contra a Turquia implicitamente determinam os aspectos elencados como características de definição do Estado-Nação e os males que causa, bem como a civilização central foco da análise. Destarte, sua proposta, apesar de tentar contemplar um escopo regional, se concentra em um contexto específico da etnia, que não necessariamente reflete todos os âmbitos nos quais a população curda habita.

Essa especificidade também se reflete na prática, visto que a formação do autogoverno de Rojava só foi possível pelas Áreas de Estado Limitado formadas na Síria a partir da guerra civil. Tais Áreas se formaram graças ao crescimento do número de atores estatais e não-estatais, somado a multiplicidade de objetivos entrelaçados e o escalonamento da violência pelas ações de grupos *jihadistas*, que fizeram com que o Estado sírio perdesse o controle temporário de determinadas áreas de seu território, bem como do monopólio do uso da força nessas zonas, abrindo espaço para atuação de governanças não-estatais que existiram heterarquicamente no contexto. Com isso, na medida em que a guerra se agravou e o ISIS expandiu suas atividades para Síria, as regiões habitadas por uma maioria curda foram atingidas e a não presença das forças estatais fizeram com que as forças militares curdas do YPG, YPJ e, posteriormente, SDF, agissem para defender as localidades curdas do norte do país e a existência da etnia. Destarte, a perda temporária do monopólio do uso da força pelo regime possibilitou a atuação das unidades militares curdas em áreas onde venceu a competição por influência e poderio. Os avanços que conseguiram contra o Estado Islâmico resultaram em uma expansão territorial e materialização da autogovernança, que de 2013 a 2018 possuiu três nomes distintos, reflexo do avanço do autogoverno para áreas não-curdas.

Para a questão curda, a fundação do autogoverno de Rojava vem como um novo capítulo que propagou a história da etnia pelo mundo, despertando curiosidade na mídia internacional e interesse sobre quem são os curdos e o que querem. A partir do processo de consolidação estatal, principalmente da Turquia, Irã, Iraque e Síria, foi possível perceber como a organização do Estado tomou ações contundentes para apagar a identidade curda, utilizando políticas autoritárias de negação da identidade étnica e repressão social e política. Ao negligenciarem a essa parcela da população presente em seus países em prol de um nacionalismo excludente para concretizar sua recém formação, os Estados supracitados impulsionaram o sentimento de luta por sobrevivência nos curdos, que como solução, voltaram-se contra a organização estatal que constantemente os desconsideraram, como é observado pelo movimento nacionalista curdo do PKK após sua mudança de paradigma a partir da prisão de seu líder.

Os movimentos nacionais curdos, além de terem sido incitados pelo ressentimento à repressão e negligência social, foram influenciados uns pelos outros, impulsionando as aspirações nacionalistas curdas em cada localidade. O uso da questão curda como manobra política pelo governo sírio permitiu uma aproximação entre curdos de diferentes localidades e a criação de laços que resultaram na concepção de partidos-irmãos na síria pelo KDP iraquiano, por exemplo, e a influência do PKK na estruturação e ideologia do PYD. Apesar disso, as visões sobre como alcançar a independência e autonomia divergem, esboçado pela relação entre PKK e KPD que ecoa na Síria e ilustra o antagonismo pelo choque entre as diferentes posições da etnia curda em relação ao Estado – se são uma minoria, uma nação, ou uma unidade autogovernada – e a forma como os curdos devem se organizar para atingir uma independência – na forma de Estado ou não.

Desta maneira, a proposta do autogoverno de Rojava marca o deslocamento de uma luta pela conquista de um Estado próprio para a rejeição dessa unidade política, já que em vários episódios ela configurou-se como ameaça a sua existência, posição adotada pelo PYD e PKK, que seguem a mesma ideologia e possuem o mesmo líder. Em Rojava, a liderança do PYD foi fundamental para estruturação do autogoverno pois, como já exposto, através de seus braços armados, pôde defender militarmente a população curda da ameaça representada pelo ISIS, garantindo sua existência na região. Politicamente, pela criação de diversas instituições e entidades política, o PYD organizou a governança confederalista democrática e atuou em prol da população local, incentivando sua auto-organização dentro de princípios ecológicos, de igualdade entre homens e mulheres, antiestatais, antinacionais e com uma economia responsável para com a natureza e para o povo.

Pela lógica da Modernidade Democrática, que permeia toda fundação do autogoverno, o princípio de pluralidade implica em uma diversidade étnica, que participaria diretamente das decisões do governo. Porém, por mais que haja a presença de outros grupos étnicos, a maior parte da população é curda, as instâncias estruturais de governança e liderança do autogoverno foram criadas pelo PYD, e a maioria presente nas deliberações ou são do PYD ou estão ligada ao partido. O que ocorre é uma sobreposição de forças, lideranças, partidos e organizações na estrutura do autogoverno de Rojava, que dificulta uma clara percepção sobre quem está no comando, quem participa ativamente e que interesses de fato estão sendo perseguidos.

Após analisar as dinâmicas e os atores envolvidos em todo processo, o PYD é de fato a força política e militar que comanda todo o sistema de autogovernança, sendo maioria constituinte no MGRK, TEV-DEM, SDF e demais instancias institucionais. Separadamente,

cada entidade, ao atuar, age em seu próprio nome e seguindo os objetivos estipulados em suas respectivas criações. Porém, como o PYD fundou tais organizações e compõe a maioria dos membros, elas funcionam de acordo com os interesses desse partido curdo, ou seja, a ação de cada entidade também significa a ação do PYD. Além disso, o autogoverno condefederalista se postula como aberto as diferentes formações políticas, porém outros partidos e organizações fora da influência do PYD e do eixo com o PKK não tiveram uma longa atuação no autogoverno, mesmo que tenham formado alianças, como é o caso do KDP e o Comitê Supremo Curdo.

Embora o autogoverno se postule como um movimento não-nacionalista e não estatista, constantemente o movimento curdo é evocado em discursos (com menção ao líder curdo, a nação curda e os territórios), em simbolismos (através de retratos de Öcalan, bandeias curdas, uso do amarelo, verde e vermelho como cores nacionais) e no incentivo ao uso dos idiomas curdos nos cantões. Com isso, é possível afirmar que o rosto de Rojava é curdo, tanto que internacionalmente o movimento é conhecido como uma revolução curda. De fato, em virtude de ter a Modernidade Democrática como ideologia, e esta ser voltada totalmente para a etnia curda, a autodefesa, autogovernança e autodeterminação tem os curdos como essência e objeto de proteção. Porém, tal foco na etnia não a abrange com totalidade, pois as rivalidades intra-curdas não permitem uma abertura para o KNC e KDP atuarem, fazendo com que eles não apoiem o autogoverno.

Destarte, para o contexto específico dos curdos sírios em meio a guerra, Rojava garantiu a sobrevivência da população na região norte do país perante a instabilidade do país e a tentativa de genocídio executada pelo ISIS. Porém, é importante ter em mente que o movimento curdo não é independente da modernidade, mas sim, um resultado desta e por isso, até o momento, constata-se que o autogoverno como alternativa ao Estado possui demasiadas lacunas e incongruências - tanto práticas quanto teóricas - que o distanciam dessa posição de superar o ator estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Lisa. The State in the Middle East and North Africa. **Comparative Politics**, v. 20, n. 1, p. 1-18, 1987.
- AHMED, Ikhlâq. Syria: From Popular Uprising to Civil War. In: LUKENS-BULL, Ronald. WOODWARD, Mark (eds). **Handbook of Contemporary Islam and Muslim Lives**. Springer, 2021, p. 324-340.
- AL, Serhun. Human Security Versus National Security: Kurds, Turkey and Syrian Rojava. In: TUGDAR, Emel Elif. AL, Serhun (eds.) **Comparative Kurdish Politics in the Middle East: Actors, Ideas, and Interests**. Palgrave Macmillan, 2018, pp. 57-83.
- ALIYEV, Huseyn. Precipitating state failure: do civil wars and violent non-state actors create failed states?, **Third World Quarterly**, vol. 38, n. 9, 2017, p. 1973-1989.
- ALLSOPP, Harriet. **The Kurds of Syria: Political Parties and Identity in the Middle East**. I.B TAURIS, 2015
- ALSTON, P. Non-State Actors and Human Rights New York. **Oxford University Press**, 2005.
- ARAÚJO, Bianca Mendes. **A Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ) e sua atuação como ator não-estatal armado na luta contra o ISIS**. 2018. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa, 2018.
- BALANCHE, Fabrice. The Assad Regime Has Failed to Restore Full Sovereignty Over Syria. **The Washington Institute for Near East Policy**. Policy Watch 3433, 2021 Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/assad-regime-has-failed-restore-full-sovereignty-over-syria>>. Acesso em 25 out 2022.
- BBC News Brasil. **O que é o jihadismo?**. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141211_jihadismo_entenda_cc>. Acesso em 16 jan 2023.
- BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO. **Şoreşa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre. 2016.
- BOOKCHIN, Murray. **Libertarian Municipalism: An Overview**. 1991. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-libertarian-municipalism-an-overview/>>. Acesso em 05 de set 2022.
- BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas. Governance without a state: Can it work? **Regulation & Governance**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.113-134, 22 jul. 2010.

_____. Thomas. Dysfunctional state institutions, trust, and governance in areas of limited statehood. **Regulation & Governance**, n. 10, 2016, p. 149–160.

_____. CONCEPTUAL FRAMEWORK: Fostering Resilience in Areas of Limited Statehood and Contested Orders. **EU-LISTCO Working Papers**, n. 1, 2018.

BÖRZEL, Tanja A.. RISSE, Thomas. DRAUDE, Anke. Governance in Areas of Limited Statehood: Conceptual Clarifications and Major Contributions of the Handbook'. *In*: DRAUDE, Anke. BÖRZEL, Tanja A.. RISSE, Thomas (eds). **The Oxford Handbook of Governance and Limited Statehood**. Oxford Academic, 2018. p. 01-25.

BUGIATO, Caio. TRINDADE, Thiago. O Estado nas Relações Internacionais. **OIKOS**, Rio de Janeiro, n. 3, vol 16. 2017.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília, Ed. da UnB/ IPRI, 2002.

CAMPOS, Pedro Olavo Carregosa. Nacionalismo e Confederalismo Democrático no Curdistão: a disputa pelo movimento curdo através do caso do distrito de Shingal. **Mural Internacional**, vol. 12, 2021.

CHARTER OF THE SOCIAL CONTRACT, 2014.

COLLOMBIER, Virginie (ed.). CLAUSEN, Maria-Louise Clausen. HASSAN, Hassan. MALMVIG, Helle. KHORTO, Jan Pêt. ARMED CONFLICTS AND THE EROSION OF THE STATE: THE CASES OF IRAQ, LIBYA, YEMEN AND SYRIA. **MENARA Working Papers**, n. 22, 2018.

ÇAKMAK, Cenap. Statehood, Autonomy, or Unitary Coexistence? A Comparative Analysis of How Kurdish Groups Approach the Idea of Self-Determination. *In*: TUGDAR, Emel Elif. AL, Serhun (eds.) **Comparative Kurdish Politics in the Middle East: Actors, Ideas, and Interests**. Palgrave Macmillan, 2018. pp 113- 133.

DA CRUZ, Caio Nunes. Abdullah Öcalan como Intelectual Orgânico: Uma leitura Gramsciana. **Revista Aurora**, v. 14, n. Edição Especial, p. 117-134, 2021.

DALLARI, D. Do Estado. *In*: _____. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. p. 59-68.

DAVIS, Diane E.. Non-State Armed Actors, New Imagined Communities, and Shifting Patterns of Sovereignty and Insecurity in the Modern World. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.221-245, ago. 2009.

DIAS, T. D. Pertencimento étnico e compromissos morais: curdos em diáspora na Dinamarca e os direitos humanos no Curdistão. **Antropolítica**, v. 48, p. 192-217, 2020.

DINC, Pinar. The Kurdish Movement and the Democratic Federation of Northern Syria: An Alternative to the (Nation-)State Model? **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, 2020.

DRYAZ, Massoud Sharifi. Non-State Actors and Governance: Kurdish Autonomy in Syria. *In: GURSES, Mehmet. ROMANO, David Romano. GUNTER, Michael M. (eds). **The Kurds in the Middle East Enduring Problems and New Dynamics - Kurdish Societies, Politics, and International Relations**. Lexington Books, 2020. pp.99-127.*

ECCARIUS-KELLY, Vera. The PKK and Armed Struggle. *In: _____ . **The Militant Kurds: a Dual Strategy for Freedom**. ABC-Clio, 2010. p.102-118.*

ENTEISSAR, Nader. **Kurdish Politics in the Middle East**. Lexington Books. 2009.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. CORREIRA, Manoel Bonfim Furtado. **Considerações históricas da evolução do estado e desenvolvimento econômico**. s/d.

FERREIRA, B.; SANTIAGO, V. The Core of Resistance: Recognising Intersectional Struggle in the Kurdish Women's Movement. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-500, 2018.

FIGUEIREDO, Marcos Vinícius Mesquita Antunes de. Dez Anos da Guerra Mundial da Síria: O internacional e o subnacional numa das maiores catástrofes humanitárias do Oriente Médio. **Mural Internacional**, [S.l.], v. 12, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/59456/39889>>. Acesso em 25 out. 2022.

GENTILE, Francesca. **Democratic Confederalism and Participatory Democracy in Rojava**. 2020.

GULF NEWS. **Kurdistan dream languished on bed of broken promise**. 2017. Disponível em: <<https://gulfnews.com/world/mena/kurdistan-dream-languished-on-bed-of-broken-promises-1.2093071>>. Acesso em 20 jan 2023.

GUNTER, Michael M.. The Kurdish Question in Perspective. **World Affairs**, v. 166, n. 4, p.197-205. 2004.

_____. Autonomy. *In: _____ . **Out of Nowhere: The Kurds of Syria in Peace and War**. Hurst & Company, 2014. pp. 103-118.*

HAWAR NEWS. **Important . . . formation of 9 Autonomous Administration Bodies of north, east Syria**. 2018. Disponível em: <<https://www.hawarnews.com/en/haber/important-formation-of-9-autonomous-administration-bodies-of-north-east-syria-h4116.html>>. Acesso em 06 jan 2023.

- HELOU, Joseph P. Fluid concepts and understandings redefined: States, porous borders and transnational militant actors in Syria, 2021. *In*: SANTINI, Ruth Hanau Santini. POLESE, Abel. KEVLIHAN, Rob (eds.). **Limited Statehood and Informal Governance in the Middle East and Africa**. Routledge, 2021, p. 13-34.
- HINNEBUSCH, Raymond. From Westphalian Failure to Heterarchic Governance in MENA: The Case of Syria. **Small Wars & Insurgencies**, vol.29, n. 3, 2018. p 391–413.
- IDLER, Annette. FOREST, James J.. Behavioral Patterns among (Violent) Non-State Actors: A Study of Complementary Governance. *Stability: International Journal of Security & Development*, 4(1): 2, 2015, p. 1-19.
- IMARAL, Pricyla Weber. Primavera curda, da utopia à realidade: Confederalismo Democrático na Síria. **Revista Vernáculo**, n.º 45, 2020.
- INSTITUTE KURDE DE PARIS. **The Kurdish population**. 2017. Disponível em: <<https://www.institutkurde.org/en/info/the-kurdish-population-1232551004>>. Acesso: 2 out 2018.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Syria's Kuds: A Struggle Within a Struggle. **Middle East Report**, n. 136, 2013.
- JACQUES, L. F.; OLIVEIRA, L. A. de. O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: das ilusões do reformismo à sua necessária superação. **Griot: Revista de Filosofia, [S. l.]**, v. 21, n. 1, p. 331–340, 2021.
- KADIOĞLU, İ. Aytaç. International Peace Efforts in the Syrian Civil War: The ‘Inevitable’ Failure?. **Türkiye Ortadoğu Çalışmaları Dergisi**, v. 7, n. 1, p. 13-44, 2020.
- KAMRAVA, Mehra. **The Modern Middle East: A Political History since the First World War**. 2nd ed. University of California Press, 2011.
- KHALAF, Rana. Governance without Government in Syria: Civil Society and State Building during Conflict. **Syria Studies**, 2015. p. 37-72.
- KLEIN, Janet. Introduction. *In*: KLEIN, Janet. **A Potential Kurdistan: The Quest for Statehood**. Abu Dhabi: Emirates Center For Strategic Studies And Research. 2009. p. 1-61.
- KNAPP, Michael. FLACH, Anja. AYBOGA, Ercan. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan**. Pluto Press, 2016.
- KOOLAE, Elaheh Koolae. NARGES, Yahya Zarrin. AKBARI, Ziba. Causes of the failure of the state in Syria (2010-2019). **Geopolitics Quarterly**, 16, 60, 2020, p. 288-309.
- KRASNER, Stephen D. RISSE, Thomas. External Actors, State-Building, and Service Provision in Areas of Limited Statehood: Introduction. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, Vol. 27, No. 4, 2014, p 545-567.

- KRAUSE, Keith. MILLIKEN, Jennifer. Introduction: The Challenge of Non-State Armed Groups. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 202-220, ago. 2009.
- MELLEN, Ruby. **A brief history of the Syrian Democratic Forces, the Kurdish-led alliance that helped the U.S. defeat the Islamic State**. The Washington Post. Middle East, 2019. Disponível em: < <https://www.washingtonpost.com/world/2019/10/07/brief-history-syrian-democratic-forces-kurdish-led-alliance-that-helped-us-defeat-islamic-state/>> . Acesso em 04 jan 2023.
- MELLO, P. C. **Lua de mel em Kobane**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MILTON-EDWARDS, Beverley. **Contemporary Politics in the Middle East**. 3rd ed. Polity Press, 2011. Pp. 233-258.
- MIRZA, Muhammad Nadeem. ABBAS, Hussain. QAISRANI, Irfan Hasnain. Anatomizing Syrian Crisis: Enumerating Actors, Motivations, and Their Strategies (2011–2019). **Liberal Arts & Social Sciences International Journal**, vol. 5, no. 1, 2021.
- NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS INTERNAS E IMPACTOS REGIONAIS. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 106, 20 maio 2019. p. 219-246.
- NEUBERGER, Benyamin. Kurdish Nationalism in Comparative Perspective. In: BENGIO, Ofra (ed). **Kurdish Awakening: Nation Building in a Fragmented Homeland**. University of Texas Press, 2014, p. 15-35.
- ÖCALAN, Adbullah. **Confederalismo Democrático**. 2016.
- _____. **Democratic Nation**. Internantional Initiative Edition. 2nd edition. 2017.
- OKTAV, Özden Zeynep. Dal, Emel Parlar. KURSUN, Ali Murat. Reframing and Reassessing the VNSAs in Syrian Conflict: An Introduction. In: _____. (eds). **Violent Non-State Actors and the Syrian Civil War**. Springer, 2018, p.01-31.
- OSAGHAE, Eghosa E. Fragile states. **Development in Practice**, vol. 17, n. 4-5, 2007. p. 691-699.
- OWTRAM, Francis. The state we're in: Postcolonial sequestration and the Kurdish quest for independence since the First World War. In: GUNTER, Michael. **Routledge Handbook on the Kurds**. Routledge, 2018. Pp. 299-317.
- OZOGLU, Hakan. **Kurdish Notables and the Ottoman State: Evolving Identities, Competing Loyalties, and Shifting Boundaries**. Albany: State University Of New York Press. 2004.
- PAASCHE, T. Syrian and Iraqi Kurds: Conflict and Cooperation. **Middle East Policy**, Vol. XXII, No. 1. 2015. p. 77-88.

PINTO, P. Sufismo, performance moral e poder na Síria contemporânea. **Tiraz**, v. 2, n. 1, p. 50-73, 2005a.

PINTO, P. Etnicidade e nacionalismo religioso entre curdos da Síria. **Antropolítica**, n. 19, p. 31-63, 2005b.

POLESE, Abel. SANTINI, Ruth Hanau. Limited Statehood and its Security Implications on the Fragmentation Political Order in the Middle East and North Africa. **Small Wars & Insurgencies**, vol.. 29, n. 3, 2018, p. 379-390.

POLITICAL GEOGRAPHY NOW, 2014, 2016, 2017. Disponível em: <<https://www.polgeonow.com/>>. Acesso em 15 dez.

RASHID, Bedir Mulla. **Military and Security Structures of the Autonomous Administration in Syria**. 2015.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarache. **A trajetória do movimento de mulheres no noroeste do Curdistão: a institucionalização do confederalismo democrático e da jineologî (1978-2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2019.

RISSE, Thomas. Governance Configurations in Areas of Limited Statehood. Actors, Modes, Institutions, and Resources. **SFB-Governance Working Paper Series**, No. 32, Research Center (SFB) 700, Berlin, March 2012.

ROSENAU, James N. GOVERNANCE, ORDER, AND CHANGE IN WORLD POLITICS. *In: _____*. CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds.). Governance without government: order and change in world politics. **Cambridge Studies in International Relations**, 1992, p. 01-29.

SANCHA, Natalia. Forças curdo-árabes anunciam a queda do último bastião do ISIS na Síria. **El País**, 2019. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/23/internacional/1553329466_793785.html>. Acesso em 18 de jul 2021.

SHEKHANI, Helbast. **Syrian Kurdish-Led Administration Postpones Regional Elections**. **Kurdistan 24**, January 11, 2018. Disponível em: <<https://www.kurdistan24.net/en/story/14141-Syrian-Kurdish-led-administration-postpones-regional-elections->>. Acesso em 06 jan 2023.

SCHMIDINGER, Thomas. **Rojava: Revolution, War and the Future of Syria's Kurds**. Pluto Press, 2018.

SCHNECKENER, Ulrich. Spoilers or Governance Actors? Engaging Armed Non-State Groups in Areas of Limited Statehood. **SFB-Governance Working Paper Series**, No. 21, Research Center (SFB) 700. 2009.

SIMONS, Paul Z. **Rojava: Democracy and Commune**. In: CrimethInc., 2016. Disponível em: <<https://en.crimethinc.com/2016/05/19/rojava-democracy-and-commune>>. Acesso em 16 set 2022.

SJOBERG, Laura. BARKIN, Samuel. Critical Approaches. In: DRAUDE, Anke. BÖRZEL, Tanja A.. RISSE, Thomas (eds). **The Oxford Handbook of Governance and Limited Statehood**. Oxford Academic, 2018.

SOCHACZEWSKI, Monique. DIAS, Tiago Duarte. A questão curda: razões históricas e conflitos presentes. In: SALIBA, Aziz Tuffi. LOPES, Dawisson Belém. BASTIANETTO, Eduardo (org.). **Índico**. Coleção Desafios Globais. Editora UFMG, 2021. pp 169-194.

SOUTO, Raquel Buzatti. (IN)EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE A CRISE DO MODELO ESTATAL. **Revista Eletrônica do Curso de Direito Da UFSM**. Vol. 2, N. 2, 2007. P.17-31.

STRECK, Lênio Luiz. MORAIS, José Luis Bolsan. A transição das formas políticas pré-modernas. In: _____. **Ciência Política & Teoria do Estado**. 2014.

STORM, Lise. Ethnonational Minorities in the Middle East: Berbers, Kurds, and Palestinians. In: CHOUEIRI, Youssef M. (ed.). **A Companion to the History of the Middle East**. Blackwell Publishing, 2005. Pp 462-485

SYRIAHR. **Syrian government forces are disrupting coexistence in Rojava: Asayesh**. 2021. Disponível em: <<https://www.syriahr.com/en/203499/>> . Acesso em 25 out 2022.

TEJEL, Jordi. The evolution of Kurdish struggle in Syria: Between Pan-Kurdism and Syrianization, 1920- 2016. In: In: GUNTER, Michael. **Routledge Handbook on the Kurds**. Routledge, 2018.

THE SOCIAL CONTRACT OF THE DEMOCRATIC FEDERALISM OF NORTHERN SYRIA, 2016

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.- Coleção Clássicos 7.

_____. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 169-191.

TOMÁS, Maria João. O conflito da síria: o quadro global. In: VIEIRA, Rui. RODRIGUES, Teresa (orgs). O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança.

Lisboa: **Instituto de Estudos Superiores Militares** - Centro de Investigação de Segurança e Defesa, setembro de 2014.

VALI, Abbas. The Kurds and their “others”: fragmented identity and fragmented politics’. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 18, n2, 1998, p. 87.

WILGENBURG, Wladimir van. Evolution of Kurdish-Led Administrations in Northern Syria. In: GURSES, Mehmet. ROMANO, David Romano. GUNTER, Michael M. (eds). **The Kurds in the Middle East Enduring Problems and New Dynamics - Kurdish Societies, Politics, and International Relations**. Lexington Books, 2020.

WILLIAMS, Phil. Violent non-state actors and national and international security. **International Relations and Security Network**. 2008.

YEGEN, Mesut. The Turkish state discourse and the exclusion of Kurdish identity. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.216-229, abr. 1996.

YESILTAS, Ozum. Continuity and Change in Syrian Kurdistan: *The Rojava Revolution and Beyond*. In: GURSES, Mehmet. ROMANO, David Romano. GUNTER, Michael M. (eds). **The Kurds in the Middle East Enduring Problems and New Dynamics - Kurdish Societies, Politics, and International Relations**. Lexington Books, 2020. pp.129-147.

YESILTAS, Murat. KARAKUS, Muhammed. The Logic of Non-State Armed Groups Survival in Syria: A Contemporary Framework of Analysis. **Studies in Conflict & Terrorism**, 2022.

_____. KARDAS, Tuncay. Mimicry and substitution in the logic of sovereignty: the case of PYD. **International Politics**, 2021.

ZISSER, Eyal. The Kurds in Syria: Caught between the Struggle for Civil Equality. In: BENGIO, Ofra (ed). **Kurdish Awakening: Nation Building in a Fragmented Homeland**. University of Texas Press, 2014, p. 193-213

ZÜRN, Micheal. DEMOCRATIC GOVERNANCE BEYOND THE NATION STATE? **Institut für Interkulturelle und Internationale Studien**, 1998.